

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CAROLINA MOTTA CARDOSO SALLES

HISTÓRIAS QUE IMPORTAM:
sobre trânsitos e fronteiras

Niterói - RJ

Agosto/2018

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CAROLINA MOTTA CARDOSO SALLES

HISTÓRIAS QUE IMPORTAM:
sobre trânsitos e fronteiras

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia de Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Estudos da Subjetividade
Linha de Pesquisa: Subjetividade, Política e Exclusão Social.

Orientador: Profº Dr. Marcelo Santana Ferreira

Niterói - RJ
Agosto/2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S168h Salles, Carolina Motta Cardoso
Histórias que importam: : sobre trânsitos e fronteiras /
Carolina Motta Cardoso Salles ; Marcelo Santana Ferreira,
orientador. Niterói, 2018.
82 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGP.2018.m.10238660729>

1. Gênero e sexualidade. 2. Políticas públicas. 3.
Psicologia. 4. Diversidade sexual. 5. Produção intelectual.
I. Ferreira, Marcelo Santana, orientador. II. Universidade
Federal Fluminense. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD -

CAROLINA MOTTA CARDOSO SALLES

**HISTÓRIAS QUE IMPORTAM:
sobre trânsitos e fronteiras**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Estudos da Subjetividade, Política e Exclusão Social

Orientador: Prof.º Dr. Marcelo Santana Ferreira

Niterói, 24 de agosto de 2018.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Marcelo Santana Ferreira – Orientador
Universidade Federal Fluminense – UFF

Dr.ª Márcia Oliveira Moraes
Universidade Federal Fluminense – UFF

Dr.ª Tatiana Lionço
Universidade de Brasília – UnB

Dr.ª Anna Paula Uziel
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço alegremente às muitas pessoas que me acompanharam de tantas formas nessa jornada acadêmica. Algumas estiveram presente bem de perto, quase escrevendo junto comigo o texto. Outras estiveram de longe, segurando a mão, celebrando a vida, conversando amenidades, compartilhando um café da manhã de domingo. Agradeço à todas as pessoas que de um jeito ou de outro se fizeram companhia nesse percurso de mestrado.

Em primeiro lugar agradeço à minha família. Minha mãe, Sueli, por ser essa pessoa maravilhosa, porto seguro para eu me ancorar caso me perca nesses meus muitos trânsitos que ela sempre incentivou. Obrigada por todo apoio, desde sempre mãe! Luis, grande companheiro da minha mãe. Leonardo, irmão e Marcela, cunhada, por me darem o sobrinho mais fofo do universo: Bento!

À minha turma de mestrado (e doutorado 2016), companheiros de disciplinas, cantareira, escrita, enfim, por partilharem comigo afetos, pensamentos, cervejas, angústias (no whatsapp, no bar, nos corredores da UFF).

Ao meu grupo de pesquisa, quase todo pisciano, Allan, Iuri, Luan, Edson, Marina, Mariana, Vivian, Viviane, Lucas, Daniel e nosso orientador Marcelo Santana, pelos almoços intermináveis e pelas tardes instigantes nas terças-feiras, pelos sorrisos arrancados em meio as preocupações e prazos, por me ajudarem a entender Butler, Gagnebin, Benjamin e, claro, principalmente, astrologia. Pelos abraços e braços tão necessários nesse percurso e pelas celebrações! Evoé!

À Lucila e Tainá por formamos o trio de estudos cem por cento de aprovação, pelos feriados estudados juntas, trocas, ombros, abrigo.

Aos amigos de longa data!

À minha sócia Leticia, minha alma gêmea profissional, dupla infalível e imbatível, um presente super recente na minha vida, mas já de fundamental importância, por partilharmos um sonho que já se materializa tão forte e bonito.

Aos meus companheiros de casa Elton e Erico por compartilharmos o dia a dia, o chão, o teto, a comida, o vinho, a amizade.

À galera da Gsex, Bia, Nathalya, Ingrid, João, Anne, Ana, Sabrina, Rachel, Estefany pelas manhãs de terça feira, por compartilharmos uma luta, um modo de fazer Psicologia.

À Tatiana Lionço, Márcia Moraes e Anna Paula Uziel por aceitarem o convite para estarem comigo como banca da minha dissertação, pelas contribuições preciosas desde a qualificação, além de serem pesquisadoras que me inspiram e que eu admiro.

À minha turma de mulheres maravilhosas da Angel e professoras pelas bruxarias e feitiços naqueles sábados fora do tempo, por serem parte desse corpo-autor que me tornei e assim seguir escrevendo.

Ao meu grupo de supervisão, Ruth, Fernanda, Adriana e Ana, companhias recentes nessa aventura que é a clínica, pelas manhãs de sexta-feira regadas à acolhimento, sensibilidade e presença.

À Luiz Fuganti e Leda por serem pessoas de escuta disponível, por estarem sempre tão abertos em nossos encontros e afirmarem junto comigo minhas potências.

À todas as pessoas que eu encontrei ao longo do meu percurso no Programa Rio Sem Homofobia.

Aos bons encontros recentes e remotos que de alguma forma fazem parte da autora que me tornei.

Ao meu orientador Marcelo Santana Ferreira pela presença sensível, pela confiança e aposta neste trabalho, pela delicadeza nas orientações, por abrir as portas da sua casa e me receber de braços abertos. Obrigada Marcelo por sua companhia leve!

SALLES, Carolina Motta Cardoso. *Histórias que importam: sobre trânsitos e fronteiras*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Marcelo Santana Ferreira. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2018.

RESUMO

Este trabalho aborda a temática da diversidade sexual e de gênero a partir da atuação da Psicologia dentro de uma política pública voltada para o atendimento à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Travsexuais, Transgêneros e Intersexo (LGBTI) no Estado do Rio de Janeiro, o Programa Rio Sem Homofobia. Na tentativa de dar voz às histórias que não estão nos registros oficiais da política, conta-se histórias dos desviantes do gênero e da sexualidade a partir de suas miudezas, detalhes tecidos por elementos sensíveis, cores, afetos, texturas. Histórias singulares que colocam em questão a naturalização de funcionamentos sociais, ou seja, a produção de padrões normativos que aniquila as diferenças a partir dos dispositivos de gênero e da sexualidade. Entendendo pesquisa como algo que se faz de um lugar encarnado, a Psicologia também transita se desfazendo de respostas universais para uma perspectiva parcial, local, provisória. Trânsitos, movimentos que ao se iniciarem encontram barreiras. Controle e vigilância dos corpos e das práticas. A vida escapa, faz escorrer o desejo por entre códigos, normas, padrões. Outra política se faz necessária. É preciso dar voz às outras narrativas. A vida escapa, transita, já não cabe nas instituições. Os trânsitos vão se desenhando no chão da escrita, interpelados pelas próprias palavras. Neste trabalho me proponho a um esforço ético e político de narrar tais trânsitos, histórias singulares sobre as infinitas maneiras de desejar e existir.

Palavras-chave: psicologia, gênero, sexualidade, políticas públicas

ABSTRACT

This work approaches the theme of sexual and gender diversity based on the performance of Psychology within a public policy focused on serving the population of Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite, Transgender and Intersex (LGBTI) in the State of Rio de Janeiro, the Program Rio Sem Homofobia. In an attempt to give voice to stories that are not in the official records of politics, stories of the deviants of gender and sexuality are told from their offspring, details woven by sentient elements, colors, affections, textures. Unique histories that call into question the naturalization of social functions, that is, the production of normative standards that annihilates the differences from the devices of gender and sexuality. Understanding research as something that becomes an incarnated place, Psychology also moves away from universal responses to a partial, local, provisional perspective. Transits, movements that when they start find barriers. Control and surveillance of bodies and practices. Life escapes, causes desire to flow through codes, norms, standards. Another policy is needed. It is necessary to give voice to other narratives about gender and sexuality. Life escapes, transits, no longer fits in institutions. The transits are drawing on the writing floor, questioned by the words themselves. In this work I propose an ethical and political effort to narrate such transits, singles history on the infinite ways of desire and existing.

Keywords: psychology, gender, sexuality, public policy

LISTA DE ABREVIATURAS

CCLGBT - Centro de Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LGBTI - Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual, Transgênero e Intersexo

LIDIS - Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

ONG - Organização não Governamental

RSH - Rio Sem Homofobia

SEDASH - Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos

SUPERDIR - Superintendência de Direitos Individuais Coletivos e Difusos

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CENTRAL DO BRASIL	15
Por um momento aquele me pareceu o trabalho dos sonhos	29
Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir	31
PONTES E CONEXÕES	35
PARA CONTAR TRAVESSIAS E INSURGÊNCIAS	45
Números	46
Vestido	51
Foto de Natal	57
M	59
Gemidos	66
Festa de Baco	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

Autonomia
Diante do perigo, a holotúria se divide em duas:
deixando uma metade sua ser devorada pelo mundo,
salvando-se com a outra metade

Ele estava vestido com uma camiseta cinza e uma calça jeans. A mochila estava em cima da mesa, ele mexia no zíper abrindo e fechando um bolsinho da parte da frente. Suas mãos suavam um pouco. Com as pernas balançando pra cima e pra baixo rapidamente, estava nervoso. Já não aguentava mais. O problema é que ele não tinha como pegar outro meio de transporte, pois o ônibus universitário era de graça e ele não tinha dinheiro para assumir um custo de passagem, senão ele já tinha resolvido isso. Ele não quer arrumar confusão, só quer ir e voltar para a faculdade tranquilamente. Era estudante da UFF. Porém, as risadinhas, olhares e hostilidade dentro do ônibus o deixavam apreensivo. Era preciso o tempo todo dizer para si mesmo que os outros é que eram ridículos, imaturos e que era melhor não reagir, deixar pra lá. As piadas eram em relação aos seus seios de silicone. Ele rapidamente explica que durante um tempo, alguns anos, viveu como travesti, se identificou como travesti, mas que hoje se vê como um homem gay, porém, os seios de silicone permaneceram ali, e ele gosta deles, pois fazem parte da travesti que um dia ele foi. Ele gosta dos seus seios de silicone como um homem gay. Isso não é questão. Ele está bem com isso. Vive muito bem assim, obrigado.

O único problema, dizia ele super nervoso, com a voz acelerada, é que os outros ficam comentando, debochando, e uma vez ele reagiu e quase apanhou de um grupo de rapazes que estavam dentro do ônibus da faculdade. Está cansado. Quer ficar em paz. Ele conta que está até acostumado com os olhares e risadas nas ruas, é o tempo todo assim, desde que ele era criança, então já não liga mais. Mas no ônibus da faculdade a coisa está ficando mais violenta. Já foi ameaçado. Os meninos ficam provocando. E não sabe o que fazer. Tem medo de um dia o ônibus estar vazio e os meninos agredirem ele ali dentro mesmo. Estava com medo. O motorista já percebeu o que está acontecendo e não fala nada e, as vezes, parece rir junto com os meninos. Ele se sente vulnerável. Ele repetia que não entendia porque os meninos se incomodavam tanto com ele. Ele só queria ficar em paz.

O jovem ficou um longo período em silêncio, com o rosto abaixado. Falava devagar. Sua voz era baixa, quase não dava para escutar o que ele estava dizendo. Ele dizia que queria começar a tomar hormônios. Que já não conseguia mais ser olhado como mulher. Queria tomar hormônios e deixar a barba crescer. Já tinha escolhido seu nome masculino. Os amigos da faculdade já chamavam ele pelo nome masculino. E ele se sentia muito bem com isso. Gostava de ser reconhecido pelo gênero masculino. Mas se ele fizesse isso a família iria descobrir. E tinha medo

dos pais deixarem de sustentá-lo em Niterói. Ainda faltavam alguns períodos para terminar a faculdade. Os pais religiosos sempre falaram coisas negativas das pessoas homossexuais, imagina se descobrissem que a filha deles é um homem. Já tinha um tempo que ele não ia visitar a família e estava com medo de ir, pois tinha cortado o cabelo curto. Se fosse visitar os pais dessa vez ia dar problema. Os pais ainda não tinham visto. Tinha medo de apanhar e de decepcionar a família. Mas, dizia ele, se fosse só isso. Além disso, ficava preocupado sobre como iria fazer se eles parassem de sustentá-lo. Como iria fazer para morar, dormir, comer e terminar a faculdade? Depois que se formar vai arrumar um emprego, não vai mais depender dos pais. Com o rosto vermelho e os olhos úmidos perguntava-se se a família iria querer vê-lo depois que contasse sobre sua expressão de gênero masculina. Se iria perder a família.

Ela já tinha passado por quase tudo nesses vinte e quatro anos e poucos meses de vida, segundo dizia ela mesma. Contou que desde que era criança seus pais a proibiam de ter uma vida fora de casa. Eles não deixavam ela fazer nada. Desde muito cedo ela tinha esse jeito mais delicado, afeminado, conta. E os pais viviam levando ela no psicólogo para dar um jeito nisso. No início ela achava que era gay. Começou a se relacionar com meninos pela internet. Se apaixonou por um menino, mas não conseguia sair de casa para encontrá-lo e com o tempo foi perdendo o contato com ele. Os pais controlavam tudo, menos o computador. Então, vivia relacionamentos virtuais para expressar sua sexualidade. Ali, naquela tela brilhante, com janelas que abriam os portais do possível, dizia de seus desejos eróticos e vivia romances.

Até que um dia o pai descobriu a senha do computador, entrou e leu algumas conversas dela com outros meninos. Foi quando ela levou uma surra, apanhou muito e tudo ficou ainda mais controlado dentro de casa. Já não podia acessar internet, sair, ter amigos, nem acesso ao telefone celular.

Com o tempo foi descobrindo que gostava de se expressar pelo gênero feminino, quanto mais sabia sobre a existência das identidades trans, mais descobria sobre algo que dizia de si. Ela não era um menino gay, se reconhecia como uma mulher transexual. Começou então a usar roupas femininas, batom, maquiagem. Quando terminou a escola, os pais a internaram em uma clínica psiquiátrica para que ela fosse curada de sua "homossexualidade". No hospital psiquiátrico o médico lhe falou que ela não tinha nada, mas que a família estava pagando para ela ficar ali.

Depois de meses internada, fingiu que se curou, saiu da clínica e assim que chegou em casa pegou suas poucas coisas e fugiu, foi morar na rua. Conheceu uma travesti que a acolheu e trabalhou como profissional do sexo durante algum tempo.

Eu olhava seus cabelos loiros longos, suas unhas rosas muito bem pintadas, suas roupas justas no corpo, suas expressões faciais e o telefone celular que não parava de tocar por causa das mensagens. Seu corpo parecia incomodado com alguma coisa, toda hora se ajeitava na cadeira.

Ela continuava contando sua história. Seus pais se mudaram para outra cidade há alguns anos. Agora só tem sua irmã aqui que a ajuda. Ela está fazendo algumas entrevistas de emprego, colocou seu currículo em vários lugares. Vai bem nos processos seletivos, chega a conseguir a vaga, mas na hora da documentação eles dizem que houve um engano e que a vaga já foi preenchida. Isso já aconteceu algumas vezes. Ela queria trabalhar, mas nenhum lugar a empregava. Tem medo de ter que fazer pista para sempre. Já passou por tantas coisas na rua... Ela não queria mais ficar na rua. Atualmente ela tem uma namorada e juntas estão conseguindo se manter. Ela só queria trabalhar e ficar em paz. E repetia, só queria trabalhar e ficar em paz. Tinha medo de que não conseguisse nunca um emprego.

O transitar entre os gêneros e as sexualidades interessa e fascina na medida em que produz um desconforto que nos desloca do entendimento normativo de gênero e sexualidade como natural, biológico e centrado no genital. Ao romperem as amarras normativas do gênero e da sexualidade, as pessoas que transitam abrem possibilidades múltiplas e diversas de construção dos corpos e das identidades, subvertem os destinos sociais definidos a partir do corpo biológico. A transgressão se dá no ato de transitar uma vez que é o corpo ainda não codificado que denuncia os códigos e o processo de codificação das identidades e ao colocá-los como questão produzem rupturas, inventam novos possíveis. Ao transitarem os corpos delineiam fronteiras, locais de negociação e passagem, linhas que contornam os territórios conhecidos e desconhecidos, permitidos e proibidos na experimentação de si e do mundo.

O corpo que não se encaixa nos padrões é tido como desviante. Toda uma engenharia social funcionará para silenciar, invisibilizar, excluir e aniquilar os corpos, sexualidades e identidades desviantes.

Porque as pessoas que transitam no terreno dos gêneros e das sexualidades incomodam tanto? O que elas ameaçam? Em que momento essas vidas se tornam matáveis, dispensáveis, não

passíveis de luto? Em que espaços essas pessoas transitam? Que histórias contam, e é possível compartilhá-las? O que essas histórias podem nos dizer sobre nossos funcionamentos sociais?

Este trabalho pretende abordar a temática da diversidade sexual e de gênero a partir do encontro da Psicologia com esse tema dentro de uma política pública voltada para o atendimento à população LGBTI no Estado do Rio de Janeiro, o Programa Rio Sem Homofobia (RSH).

Trago como os problemas vão se desenhando de acordo com minha entrada no meu campo de atuação como estagiária do Centro de Cidadania LGBT - Capital, na Central do Brasil, um dos serviços do Programa RSH. Desde o local onde o serviço está sediado, passando pelo meu encontro com a equipe, o ambiente de trabalho, com a população atendida, tudo se colocava como fonte de inquietações. O encanto pelas questões acerca da temática permanece nos meus muitos trânsitos ao longo da minha trajetória no Programa. Da Central do Brasil à "Rua do Perdeu" em Niterói - onde me inauguro como psicóloga no Centro de Cidadania LGBT Niterói — me engajo em uma prática/pesquisa que permanece mergulhada em problemas que abarcam as infinitas maneiras de se viver o prazer, o desejo, o corpo, as identidades, enfim, o gênero e a sexualidade.

Conto minha trajetória no Programa que é marcada pela condição de trabalhadora da assistência social, em um momento político em que o Rio de Janeiro, e o Brasil, assistem a um desmantelamento das políticas públicas nas áreas da educação, saúde e assistência social. O corpo trabalhador sofre os efeitos das engrenagens da instituição, que deixam uma sensação de que o cotidiano norteado pelo relógio produtivo esmaga a atividade profissional como uma prática criativa, de tal modo que a permanência na instituição fica insustentável.

Os problemas acerca da diversidade sexual e de gênero que emergiram no contexto da política pública continuam fora dela. Algo naqueles encontros ainda acontece, reverbera, permanece colocando perguntas para todos nós. Ali houve o encontro com histórias que ainda pedem para serem contadas. A prática/pesquisa da Psicologia permanece com suas questões éticas que envolvem de algum modo tomar para si a tarefa de contar essas histórias.

Essa tarefa traz novos desafios: como contar essas histórias? De que lugar contá-las? Como escapar de uma produção acadêmica que produza mais verdades sobre esses corpos? Como afirmar uma Psicologia que na produção de conhecimento problematize lugares de saber-poder?

Essas perguntas são pistas para afirmar uma aposta em uma produção de conhecimento que perturbe os jogos de verdades e estremeça os postulados das verdades absolutas. Desse modo, o que se busca é justamente produzir conhecimento de um lugar encarnado, parcial, local, provisório. Trazer essas histórias é principalmente contar sobre movimentos, trânsitos, fragmentos de trajetórias, recortes de cenas que, por ora, tem algo a nos dizer. Contar essas histórias é dizer que

elas importam, que a vida dessas pessoas importa, em um contexto social que aniquila a diferença. A vida das pessoas que desviam do gênero e da sexualidade, a vida dos trabalhadores da assistência, a vida de todos aqueles e aquelas que desviam das normas e modelos sociais importa.

Por fim, trazer essas histórias é colocar uma pergunta ética e política para a Psicologia: que Psicologia queremos afirmar? Se falamos de um lugar encarnado é dessa marca que se fala: do lugar de psicóloga dentro de uma política pública voltada para o atendimento à população LGBT. Nesse cenário que Psicologia nos interessa?

Nesse sentido, contar os trânsitos dos desviantes do gênero e da sexualidade é contar dos trânsitos necessários à Psicologia.

As histórias que pedem para serem contadas neste texto falam sobre medos, angústias, resistências, potencialidades, singularidades. Trânsitos que borram as fronteiras do gênero e da sexualidade e criam mundos. A Psicologia, por sua vez, se afirma enquanto campo de saber e atuação que transita, se constrange e se sustenta, muitas vezes, como um lugar de não saber.

*Ela se bifurca subitamente em naufrágio e salvação,
em resgate e promessa, no que foi e no que será.
No centro do seu corpo irrompe um precipício
de duas bordas que tornam estranhas uma à outra.
Sobre uma das bordas, a morte, sobre a outra, a vida.
Aqui o desespero, ali a coragem.
Se há balança, nenhum pesa mais que o outro.
Se há justiça, ei-la aqui.
Morrer apenas o estritamente necessário, sem ultrapassar a medida.
Renascer o tanto preciso a partir do resto que se preservou.*

A Central do Brasil é um lugar de passagem no Rio de Janeiro, faz conexões entre diferentes meios de transporte. Ali se encontram o terminal da malha ferroviária; um terminal rodoviário; a Avenida Presidente Vargas – importante para o transporte municipal e intermunicipal; e a estação do metrô Central do Brasil, com suas linhas em direção à Zona Sul e recentemente Barra da Tijuca, Tijuca, e Pavuna. De modo que a Central do Brasil concentra grande número de transeuntes em torno e por dentro de si.

Os corpos de diferentes formas, cores, texturas fazem embaralhar a vista ao passarem de um lado para o outro. Um movimento contínuo impõe um ritmo forçado ao fluxo dos diferentes passos: os mais lentos são empurrados, assim como se obriga que os mais rápidos sejam freados. Uma massa de gente. Heterogênea de perto, nos detalhes, para olhos atentos e sensíveis. E homogênea de longe, para os que estão sempre correndo atrás do tempo.

O relógio imponente da Central do Brasil dita o ritmo das horas que devem ser produtivas. A cidade trabalhadora, veloz, sob as horas do relógio da Central do Brasil, de vez em quando deixa escapar artistas de rua, flores no meio do asfalto, pichações que afirmam: “Marielle vive!”, “Meu cu é laico”, “Fora temer”, “Depois do não, tudo é assédio”, “A revolução é travesti”, “Perdemos muito, inclusive o medo”.

Apesar de funcionar como o coração do Rio de Janeiro, pulsando transeuntes para todos os lados, a Central do Brasil parece que está sempre à margem da cidade, marginalizada, sempre jogada às solas dos sapatos. Lá se concentram pessoas em situação de rua. Camelôs tentam vender bebidas, roupas, objetos de todo tipo – quando não são interrompidos pela ação dos profissionais da ordem municipal que, constantemente, lhes tomam tais mercadorias em plena luz do dia, sob a guarda de seus uniformes e cassetetes. Na região do entorno, vidas se equilibram em cima de corpos. Eles balançam magros, dentro das roupas largas. O balanço de um corpo que se mostra malandramente ameaçador; o balanço de um corpo que corre porque acabou de furtar um celular de alguém; o balanço de um corpo embriagado. Em frente ao relógio da Central do Brasil, um prédio residencial balança, mas não cai. Um balanço que não acalenta ninguém.

É no meio desse cenário, contrastando abandonos de diferentes ordens, que se ergue o prédio da Secretaria Estadual de Segurança Pública, protegido por todo seu arsenal de homens armados e tecnologias. No sétimo andar desse prédio, em um espaço cedido pela Secretaria de Segurança, funciona o Programa Rio Sem Homofobia como concretização das demandas dos movimentos sociais por políticas públicas que atendessem as especificidades da população LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexo).

As políticas públicas para a população LGBTI são frutos das lutas travadas pelos movimentos sociais em articulação com os governos federal, estaduais e municipais. Em 2004 é lançado o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) pelo Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Como descrito na apresentação do BSH, este é fruto da articulação entre Governo Federal e a sociedade civil organizada que, durante cerca de seis meses, trabalharam na elaboração do Programa. Seus objetivos principais são: a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos, visando promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação e defesa dos direitos; e o combate à violência e à discriminação por diversidade sexual ou diversidade de gêneros, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais.

Para que tais objetivos fossem cumpridos, o Programa traçou ações que visavam a) o fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam de modo a promover a cidadania de pessoas LGBT¹ e no combate a homofobia; b) capacitação da gestão pública nas diversas áreas de atuação, assim como a capacitação de profissionais e representantes dos movimentos sociais LGBT; c) Disseminação de informações e orientações sobre direitos e; d) incentivo e orientações sobre como realizar denúncia de violação de direitos humanos do segmento LGBT. (PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA, 2004)

O Programa Brasil Sem Homofobia começou a ser implementado em todo o país, e teve vários desdobramentos, servindo como idéias e diretrizes para outras políticas. Inaugurou uma série de discussões e ações a favor da garantia de direitos da população LGBT no Brasil, protagonizadas pelo Estado em articulação com a sociedade civil. Nunca houve, porém, sua publicação no diário oficial, o que não garantiu a continuação do Programa enquanto uma política de Estado. No entanto, na 1ª Conferência Nacional LGBT, realizada em junho de 2008 em Brasília, é reivindicada a consolidação e ampliação de ações concretas envolvendo órgãos públicos nos níveis federal, estadual e municipal.

Desde então, no Rio de Janeiro, aconteceram oito Conferências Regionais e a I Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT, onde foram eleitas mais de 600 propostas que vieram a compor o Programa Rio Sem Homofobia. O Rio de Janeiro é o primeiro estado a criar um programa de governo de combate à homofobia. O projeto Estadual Rio sem Homofobia foi instituído como parte da Superintendência de Direitos Individuais Coletivos e Difusos (SUPERDIR), sendo essa um

¹ cito a sigla LGBT sem a letra "I" de intersexo de acordo com os documentos de referência da época. Atualmente, por convenção, os movimentos sociais LGBTI incluíram a letra "I" na sigla para se referir à identidade "intersexo".

órgão da extinta Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (SEASDH)². O marco legal é a publicação do Decreto 40.822 de 26 de junho de 2007, que instituiu a Câmara Técnica para a elaboração do Programa Rio Sem Homofobia.

O Rio Sem Homofobia está dividido em quatro eixos temáticos: Rede de Proteção Básica; Rede de Proteção Especial; Informação, Educação e Comunicação; e Qualificação da Gestão. Dentre os serviços prestados pela Rede de Proteção Básica está o Disque Cidadania LGBT (08000234567), um serviço de atendimento telefônico gratuito de âmbito estadual com a finalidade de orientar e acolher LGBTs, familiares e amigos. Outro serviço são os Centros de Referência e Promoção da Cidadania LGBT (CR LGBT)³ que têm como objetivo principal a promoção da cidadania LGBT, prestando serviços sociais, jurídicos e psicológicos à essa população, além de atuar na irradiação de informações e no combate à homofobia.

As principais portas de entrada para o serviço são: o Disque 100, que funciona no âmbito nacional; “Fale Conosco”, campo que pode ser acessado no *site* do Programa⁴; Disque cidadania LGBT (0800-0234567); além das demandas espontâneas, em que o usuário chega ao Centro de Cidadania LGBT sem agendamento prévio, durante o horário de funcionamento.

Eu estava no último período do curso de Psicologia quando soube do processo seletivo para estágio no Programa Rio Sem Homofobia. Nunca tinha ouvido falar no Programa antes, mas imediatamente me interessei ao saber um pouco mais sobre a proposta. Ao ser aprovada, embarquei rumo à Central do Brasil.

Após atravessar o labirinto de camelôs e transeuntes, o portão de ferro com suas grades pretas, as pedras portuguesas da calçada, câmeras, homens com coletes à prova de balas, um fusca como viatura antiga da polícia militar exposto na portaria, duas recepcionistas e apresentar

²Ao longo de ano de 2017 com as mudanças na estrutura das secretarias estaduais do Rio de Janeiro, a extinta Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEDASH) mudou o nome, passando a se chamar - atualmente (maio de 2018) - de Secretaria de Direitos Humanos e Política para Mulheres e Idosos (SEDHMAI). E a, também extinta, Superintendência de Direitos Individuais Coletivos e Difusos atualmente (maio de 2018) se chama Superintendência de Políticas LGBT, com o atual superintendente Ernane Alexandre Pereira. Fonte: <http://www.rj.gov.br/web/sedhmi/exibeconteudo?article-id=3568838>, (acessado em 26 de maio de 2018)

³ Os Centros de Referência e Promoção da Cidadania LGBT passaram a se chamar Centros de Cidadania LGBT em 2013 no cotidiano da instituição e em materiais de divulgação, sendo assim chamados atualmente (maio de 2018). Porém em alguns locais como sites oficiais ainda consta o nome Centros de Referência e Promoção da Cidadania LGBT, assim como também foi encontrado o nome Centros de Referência da Cidadania LGBT. Fonte: <http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=431493> acessado em 26 de maio de 2018

⁴ O site do Programa Rio Sem Homofobia atualmente encontra-se indisponível <http://riosemhomofobia.rj.gov.br> acessado em 26 de maio de 2018.

identidade (ufa!), finalmente subo os elevadores até o sétimo andar do prédio de segurança pública. Adentrei, então, o Centro de Cidadania LGBT – Capital.

Lá no sétimo andar, das paredes, se destacavam cartazes de campanhas contra a homofobia, transfobia, sobre o uso do nome social, e sobre o respeito à diversidade. Também se disponibilizavam preservativos masculinos, femininos e gel lubrificante. Havia bandeiras do arco-íris espalhadas por vários objetos: cadernos, lápis grafite, guarda-sol, chinelos, bóton, camisetas e, etc.

Havia também uns quadros enormes com figuras típicas das Paradas do Orgulho LGBT, saltava daqueles quadros um clima de alegria e irreverência. Aqueles quadros assistiam atentos e davam gargalhadas dos visitantes de primeira viagem que ficavam atrapalhados com o banheiro misto do sétimo andar. Sim, um banheiro que não tinha divisão de gênero. Moça e rapaz dividiam o espelho do banheiro. Homens e mulheres compartilhando cabines lado a lado, e ninguém era desrespeitado por esse motivo. Às vezes, senhoras e senhores arregalavam os olhos ao se esbarrarem dentro do banheiro. Desavisados achavam que tinham entrado no banheiro errado. O banheiro não ficava vigilante das genitálias por debaixo das saias e paletós. O banheiro era mais um elemento daquele ambiente que desconcertava as categorias homem e mulher como binárias e opostas. E os quadros nas paredes adoravam observar esse desconcerto.

Quando me apresentaram a minha coordenadora, que era uma travesti, me dei conta de que nunca tinha trabalhado com uma travesti antes. Quando meu colega de trabalho me disse que no final do dia encontraria o namorado, me dei conta de que ele falava tranqüilamente, sem medo de que isso pudesse, de alguma forma, ameaçar sua posição naquela instituição. O pessoal é político e, naquele contexto, por contraste ao mundo habitual do trabalho, isso ficava evidente, quando falar sobre diversidade sexual e de gênero no trabalho não era um problema, pois dizia de uma experiência inteligível, possível e legítima. Em outros ambientes de trabalho, ao contrário, expressar a orientação sexual ou de gênero pode se tornar uma grande ameaça.

No período da minha chegada à instituição, a cidade do Rio de Janeiro sediava vários eventos sobre a temática da diversidade sexual e de gênero, finalizando com a Parada do Orgulho LGBT em Copacabana. Logo na primeira semana, a equipe técnica foi intimada para esses eventos e eu pude participar de todos eles, incluindo as Conferências Regional e Estadual LGBT da Cidade e do Estado do Rio de Janeiro. Nestas são deliberadas ações, respectivamente, para o município e estado em direitos e promoção da cidadania da população LGBT e, são eleitas propostas a serem encaminhadas para a Conferência Nacional LGBT onde serão deliberadas ações de âmbito federal para a promoção da cidadania da população LGBT. Naquelas Conferências se oportunizava

conhecer as figuras antigas da militância LGBTI, pessoas que há décadas se dedicam a luta política por direitos.

Lembro bem de um dia, e todos da equipe lembram também daquele dia, no início do expediente, ainda de manhã, ao chegar no sétimo andar, antes de entrar na sala, eu ouvia lá dos corredores uma voz falando bem alto e todos em volta rindo.

Entre papéis espalhados pela sala, computadores ligados largados sozinhos, coisas fora dos seus lugares, cadeiras estranhamente vazias, ouvia o ressoar das risadas. Em uma salinha escondida, com a equipe toda ao seu redor, ela falava sem parar, falava com autoridade, ao mesmo tempo desbancando seus superiores. Ela falava com uma voz forte, ao mesmo tempo dolorida. É impossível esquecer a sua voz, todos lembram bem de sua voz e de suas histórias. Aquela voz hipnotizava uma equipe inteira. Os relatórios atrasados sempre podiam esperar por suas histórias. Todos largavam o que estivessem fazendo para ouvi-la.

E ela falava sem parar, aliás, apenas dando suas pausas dramáticas que eram a deixa para que todos rissem. E continuava: “aí ela veio me dizer que eu era meio mulher. Eu não, não sou meio mulher não! Não nasci para ser metade mulher, metade homem. Eu não sou metade nada, meu bem, nasci pra ser inteira. Eu sou travesti!” E vinham as risadas. E ela complementava: “aí... como sofro... eu sou preta, pobre, travesti, você não tem pena de mim não? Ei, você, você aí mesmo... você não tem pena de mim não? Aaaai... como soooooooooofro!” E incrivelmente ela arrancava lágrimas de risadas ao dizer essas palavras. Ríamos desesperadamente. E um segundo depois ela mudava o tom e cobrava: "vocês estão aqui parados rindo de mim, mas eu quero os relatórios todos prontos! Bora trabalhar!” E dava uma gargalhada. E assim, como baratas tontas, espantadas pelo som pesado e sobressaltado de sua garganta, a equipe corria para seus lugares.

Ela interrompia reuniões com o superintendente, com quem fosse, para falar de uma coisa qualquer, que fosse de um homem musculoso em uma revista ou de comida, debochava de tudo e de todos, colocava as hierarquias de cabeça pra baixo e suas histórias não tinham fim. Quantas histórias, tantas! Aquele mundo de histórias incríveis e impossíveis ainda sussurra por aí... vocês ouvem? Ouvem suas gargalhadas? Atentem seus ouvidos, as histórias e as gargalhadas ainda estão por aí...

A primeira turma de estagiárias e estagiários do Programa chegou sendo inundada por essas histórias. Éramos o primeiro grupo de estudantes, e encontramos uma equipe tendo que fazer malabarismos para acolher-nos dentre o acúmulo de atividades. A construção do Programa de estágio foi feita coletivamente, desde a entrada nos atendimentos e acompanhamento de casos, até a leitura de textos e discussões sobre o tema. Sentávamos em volta da mesa e passávamos horas

debruçados sobre pensar nossas práticas, discutir casos. Um trabalho difícil de ser contabilizado. E, por vezes, era preciso explicar que aquilo era trabalho, senão era capaz de alguém achar que estávamos só papeando... mas afinal, psicólogos não trabalham assim, no encontro?

Um trabalho tecido por muitos encontros ... Geralmente às sextas feiras, uma vez por mês, as equipes de Psicologia de todos os Centros de Cidadania LGBT se encontravam na UERJ ou na Central do Brasil para o acompanhamento com a Professora de Psicologia da UERJ Anna Paula Uziel. Isso foi viabilizado por intermédio de um convênio do LIDIS - Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro com a SEDASH que permitia o encontro com o pensamento acadêmico e cuidado da prática das equipes. E lá iam as psicólogas e psicólogos transeuntes da cidade, nas manhãs de sexta feira, carregando bolo, café, coca-cola, mate, pastinhas, torradas. Alimentos para sustentar uma prática dentro de um contexto que abarca violências diversas, para construir um corpo aberto para o encontro, para alimentar bons afetos. Uma prática não se sustenta só de teoria.

Todo esse contexto me pareceu um mergulho nas águas da diversidade humana, sobretudo no campo do gênero e da sexualidade. Era nítido o contraste que eu vivia dentro da instituição e fora dela. De repente me senti em um gueto ou universo paralelo, como se existissem duas realidades: uma em que as pessoas experimentavam uma infinidade de modos de existir no que se refere à sexualidade e ao gênero; outra, em que existiam modelos fechados de ser homem e mulher, era tudo prescritivo e encaixado em papéis definidos. Porém, essas realidades não eram distintas, não eram dois mundos separados um do outro, mas sim um produtor do outro. Havia, entretanto, algo que se apresentava como um contraste, uma diferença que fazia parecer duas realidades distintas: as sexualidades que se diferenciavam de modos singulares dos modelos normativos eram violentadas e silenciadas e, ali, naquele espaço, encontravam um meio de expressão, podiam contar suas histórias, dores e angústias, um local de acolhimento. “No mundo lá fora”, porém, a vida seguia sem espaço para que essas histórias pudessem ser contadas, ao contrário, uma política da sexualidade que enquadra os corpos e as identidades funcionava de modo a esmagá-las. E isso tudo se apresentava como um convite ao pensamento. Porque era necessário que o governo criasse um local específico de acolhimento a esse segmento populacional? Porque há a sensação de uma realidade paralela ou um gueto arco-íris? Como fazer conviver as diversas maneiras de existir? Perguntas que conduzem à outras perguntas, traçando movimentos, provocando trânsitos.

As perguntas estavam espalhadas por todo ambiente de trabalho, provocando deslocamentos a todo momento. De modo que começava a saltar aos meus olhos a naturalização de funcionamentos sociais que permite a ausência das pessoas que escapam das normas de gênero e

sexualidade nos ambientes institucionais, como se o destino dessas pessoas fosse estar naturalmente à margem da sociedade. Eu não tinha me atentado para essas ausências até então. Será que os desviantes do gênero e da sexualidade estavam nos espaços que frequentei e eu não percebi? Agora a memória brinca de me colocar dúvidas. Talvez aquelas pessoas estivessem - e estão - nos lugares, mas de modo tal que suas histórias não são contadas.

Memórias que pareciam adormecidas despertam me conduzindo a cenários da minha infância e adolescência, sussurrando no meu ouvido sobre aquela tia que a família fazia piada sobre ser masculina; sobre uma colega de escola que era isolada na turma e sofria vários tipos de ataques dos meninos e das meninas por ser masculina; um tio que estava sempre acompanhado do “amigo” dele, hoje me dou conta de que eles eram um casal e moravam juntos (!), mas isso nunca foi enunciado nas reuniões familiares.

A intensidade do meu encontro com essas questões me causou vários deslocamentos, pessoais e profissionais. Esse foi o primeiro espanto, alegre por um lado, pela oportunidade desses encontros, porém perturbador ao perceber como se operam os processos de enquadramento das vidas ininteligíveis, vidas que não são passíveis de luto (BUTLER, 2016).

"Sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida. Em seu lugar, “há uma vida que nunca terá sido vivida”, que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida. A apreensão da condição de ser enlutada precede e torna possível a apreensão de vida precária. A condição de ser enlutado precede e torna possível a apreensão de ser vivo como algo que vive, exposto a não vida desde o início”. (BUTLER, 2016, p.33)

As vidas que não são passíveis de luto não são contadas, pois não são entendidas como algo que deve ser preservado, mantido, protegido. Pois sendo toda vida precária (BUTLER, 2016) entende-se que caso ela seja perdida haverá um luto, um reconhecimento de uma perda. Quando não se entende essa perda não há o reconhecimento de que ali há uma vida. E nem todas as vidas são passíveis de luto. Algumas vidas, caso perdidas, não serão choradas nem sentidas. Nessa lógica, elas não têm nada para nos dizer, não tem passado, futuro, não tem uma história para nos contar.

No cotidiano dos Centros de Cidadania LGBT as equipes acompanhavam de perto os processos de apagamento dessas vidas como não reconhecíveis, como iam se desenhando as molduras que as enquadravam dentro da fotografia dos corpos descartáveis. Assustava-me tomar

ciência dessas engrenagens e do efeito delas nas vidas das pessoas LGBTI, ao mesmo tempo me atraía conviver e me debruçar sobre tais questões. A inquietude crescia na medida em que eu realizava os atendimentos e as articulações de rede, e promovia o debate sobre a temática nos diversos espaços. Invisibilidade, silenciamento, direitos fundamentais violados, vidas marcadas pelo estigma (GOFFMAN, 1988), a naturalização da violência.

A sexualidade se apresenta, então, como um território de disputa de poder no campo macro e micropolítico. Nesse sentido é no corpo da pessoa LGBTI que se imprime um campo de batalha de forças. São nas suas relações sociais, de trabalho, e na vivência dos próprios desejos que se expressam esses conflitos.

Esses conflitos permeavam a vida dessas pessoas, e me atravessavam, e por assim ser, transformavam meu corpo e minhas práticas, e me despertavam enquanto psicóloga para questões éticas sobre a Psicologia como campo de produção de saber e campo de atuação profissional. Nesse caminho de (des)construir meu pensar/fazer Psicologia, os temas da clínica, políticas públicas, diversidade sexual e de gênero se misturam produzindo questões que vão do âmbito pessoal para o político-institucional, sobre como se criar um mundo em que seja possível se diferenciar e afirmar as singularidades, em que a diferença não funcione como algo que ameaça. Ou seja, nascia, então, não só um corpo clínico disponível para ser afetado por tais atravessamentos, mas também uma escuta pautada em um cuidado ético. As angústias não se encerravam nas salas de atendimento, ao contrário, de algum modo a construção dessa ética consistia em pensar formas de devolvê-las para a sociedade questionando seus funcionamentos.

Essa experiência foi extremamente desterritorializadora como um convite ao pensamento que se tornava cada vez mais urgente!

"Pensar é desterritorializar. Isto quer dizer que o pensamento só é possível na criação, e para se criar algo novo é necessário romper com o território existente, criando outro. Desta forma, da mesma maneira que os agenciamentos funcionavam como elementos constitutivos do território, eles também vão operar uma desterritorialização. Novos encontros, novas funções, novos arranjos" (HAESBAERJ, 2006, p.131)

Aos poucos, meu mundo heteronormativo foi perdendo o sentido e o que parecia era mesmo a entrada em outros territórios, um movimento de desfazer-se e fazer-se. Aquele chão estático da

sexualidade normativa ia se dissolvendo em outros relevos. Experimentar movimentos de desterritorialização nesse contexto abarcava mover as bases também em que eu construía a prática da Psicologia. Se re-fazia uma Psicologia que também transitasse, que escapasse a um regime normativo, se deslocasse de moralidades para a construção de um pensamento radicalmente ético.

E eu me excitava com essa perda, como se alguns muros que cerceavam meus próprios trânsitos fossem sendo derrubados. Pensar, então, era, de certo modo, conceber uma “sexualidade molecular que já não é a de um homem ou de uma mulher” (DELEUZE, 1988 p.152), mas que escapa a lógica binária dessas categorias. Essas categorias homem/mulher, feminino/masculino, homossexual/ heterossexual/bissexual, eram pautadas dentro e fora dos atendimentos. Apresentavam-se possibilidades de sair desse jogo de oposições. Não responder mais as grandes oposições molares. As categorias são colocadas em xeque toda vez que esse campo tão codificado e sobrecodificado dos gêneros e da sexualidade é atravessado por linhas flexíveis que o desestabiliza.

Ao entrar em contato com essas possibilidades, desfaziam-se em mim diversas normas, regras, e concepções morais que são largamente reproduzidas na contemporaneidade. A minha própria experiência de ser e me reconhecer como mulher pôde sofrer terremotos e abalos, e isso era ao mesmo tempo curioso, alegre e assustador. Algo ali naquela experiência mexeu no meu modo de entender o mundo e de conceber a existência.

A equipe do Programa tinha a oportunidade de conviver diariamente com essas inquietações a partir dos encontros nos atendimentos e atividades de trabalho. Um mundo de multiplicidades e diversidades ganhava consistência, com os rostos, nomes e afetos das pessoas que circulavam nos Centros de Cidadania LGBT e a diversidade ganhava "corpo" diante dos nossos olhos. Modos diversos de se experimentar o corpo, a sexualidade, os gêneros, o prazer, os códigos femininos e masculinos se apresentavam. Se no plano visível, até então, tudo parecia muito definido no binarismo dos gêneros, no plano invisível

“o que se capta é a produção do que justamente acaba por desestabilizar as figuras e, junto com isso, o quadro classificatório dos gêneros, [...]. São movimentos de forças/fluxos desenhando composições e desfazendo outras aglutinações de novas composições, produzindo diferenças, origem de pequenos abalos sísmicos nas figuras vigentes, acumulações progressivas de diferenças/abalos provocando terremotos. Figuras se desmancham, outras esboçam, gêneros e identidades se embaralham, outros se delineiam – e a paisagem vai mudando de relevo. Uma lógica das multiplicidades e dos devires rege a simultaneidade dos movimentos que compõem este plano. Estamos longe dos binarismos.” (ROLNIK, 1996)

Estremecer certezas se tornava cada vez mais um caminho de potencializar a vida, na medida em que duvidávamos dos modelos idealizados de ser, e nos aproximávamos das experimentações. Desmanchar as estruturas rígidas dos dispositivos da sexualidade e dos gêneros se tornava uma porta aberta para desmanchar outras durezas, como os campos disciplinares do saber.

Assim, a equipe técnica, a equipe administrativa e coordenação contribuía com diferentes saberes para o funcionamento do serviço. Enquanto equipe técnica, nós experimentávamos a oportunidade de exercermos e sustentarmos uma prática criativa, com a proposta de compor um saber interdisciplinar que atravessasse a Psicologia, o Direito e o Serviço Social. Ou seja, fazer com que as diferentes áreas de conhecimento conversassem para além de um saber disciplinar. Cada caso era discutido pelas equipes de referência e a partir daí construíamos, junto com as/os usuárias/os do serviço, um encaminhamento para o caso. As demandas nos chegavam desafiadoras, por não apresentarem, em sua grande maioria, qualquer prescrição anterior, modelo, ou até mesmo conhecimento de situações e contextos semelhantes.

Uma cena pede para ser contada agora, com tanta força, que já ganha espaço no papel... Estavam na sala de atendimento a advogada e o psicólogo. Eles estavam acolhendo o caso de uma usuária que pediu por atendimento, pois estava sofrendo uma série de perseguições. A vida das pessoas LGBTI's muitas vezes é acompanhada por diversos perigos e ameaças. As perseguições dessa moça vinham de criaturinhas que ficavam falando com ela coisas ruins, desagradáveis, insultando-a. Essas criaturinhas eram reais, e usavam pessoas desconhecidas para enviar-lhe mensagens. Elas ameaçavam-na a todo o momento, no ônibus, nas ruas, até mesmo através da televisão.

Os profissionais escutam seus relatos atentos. Em um determinado momento a moça começa a ficar muito nervosa e pergunta a eles se não iriam fazer nada, pois as criaturinhas estavam ali, na sala de atendimento, perturbando ela, zombando deles. O psicólogo esboçou dizer algo quando moça o interrompeu e disse que as criaturinhas já estavam acostumadas com os psicólogos e lançou um olhar de urgência para a advogada, perguntando para que servia o diploma e a carteira da OAB dela. Até que a advogada, entendendo que precisava fazer algo, perguntou para a moça onde estavam as criaturinhas, para que ela as apontasse que ela queria falar com elas. A moça apontou para o canto do teto da sala de atendimento. E ali, falando com as criaturinhas da moça, sem que pudesse vê-las, mas sabendo que sim, elas estavam ali, a advogada encheu o peito e falou: “Suas criaturinhas, escutem aqui! Eu sou a advogada dela, e falo em nome do Centro de Cidadania LGBT, da Superintendência de Direitos Individuais Coletivos e Difusos, da Secretaria Estadual de

Assistência Social e Direitos Humanos, e é deste lugar de autoridade que eu ordeno que vocês deixem ela em paz!” E foi exatamente assim, que finalmente a moça pôde relaxar. Sua feição mudou e ela agradeceu profundamente a advogada. Ela completou: "acho que elas vão me deixar em paz por algum tempo..." O psicólogo pasmo, de queixo caído com a cena que acabara de assistir, engoliu a saliva e finalmente abriu a boca para concordar que sim, elas iam deixa-la em paz por algum tempo. Ele refletia em voz alta dizendo que as vezes as criaturinhas parecem que estão lá fora, mas quando a gente menos espera se depara com elas aqui dentro, mais perto do que imaginávamos. A moça respirando fundo dizia que as criaturinhas perturbam muito. Ela queria que elas a deixassem em paz de vez.

Assim era o trabalho que borrava as fronteiras disciplinares do saber, as vezes era preciso enfrentar as criaturinhas com a carteirinha da OAB. Se fazer de ferramentas disponíveis para lidar com desafios inéditos. Aprender a ouvir novas histórias. Foi a moça, dona das criaturinhas, que nos ensinou isso. Tarefa cotidiana nossa, aprender a falar com as criaturinhas que nos rondam. E, principalmente, eram poucos os casos em que a carteirinha da OAB podia afastá-las. Esse trabalho de lidar com criaturinhas era, definitivamente, uma tarefa artesanal e ética.

As teorias, mais que verdades, eram apenas ferramentas que serviam ou não, funcionavam ou não, produziam efeitos de acordo com um entendimento ético da prática ou não produziam esses efeitos. No encontro era preciso improvisar, criar, descobrir.

A diversidade de demandas em sua maioria envolvia – de um jeito ou de outro -, um contexto violento. Foram inúmeros os casos de violência no âmbito das relações familiares, perpetrada não só pelos pais contra os filhos, mas também pelos filhos em relação aos pais. A violência por discriminação por orientação sexual e expressão de gênero em grande parte aparece dentro das casas e das escolas, mas também aparecia constantemente no mundo do trabalho e na vizinhança. Violências físicas, psicológicas, patrimoniais, institucionais. Os casos de violência nos traziam questionamentos e problemas importantes.

No cotidiano dos atendimentos considerávamos dois tipos de demandas: aquelas que denunciavam alguma violência e aquelas que buscavam por direitos. Muitas vezes esse segundo tipo de demanda já é uma face da violência institucional. Uma demanda muito comum era a de acessar serviços, principalmente de saúde como, por exemplo, terapia hormonal e cirurgia de redesignação sexual (neovaginoplastia e mamoplastia eram as mais comuns); retificação do registro civil; o uso do nome social e respeito à expressão de gênero nos diversos espaços como na escola, na universidade, no trabalho, etc.

Após um ano no Rio Sem Homofobia terminei a graduação em Psicologia e imediatamente fui convidada a continuar no Programa e compor o quadro de profissionais, agora como psicóloga, no recém-inaugurado Centro de Cidadania LGBT de Niterói.

Naquele período o Programa Rio Sem Homofobia contava com quatro Centros de Cidadania LGBT: Centro de Cidadania LGBT - Capital (onde eu atuei como estagiária), Centro de Cidadania LGBT - Friburgo, Centro de Cidadania LGBT - Caxias e o Centro de Cidadania em Niterói, o último inaugurado e onde atuei como psicóloga.

Com imensa alegria e sendo recepcionada com as cores e músicas da Parada do Orgulho LGBTI, aceitei o convite e embarquei rumo ao outro lado da Baía de Guanabara. Meu primeiro dia de trabalho foi em cima de um trio elétrico junto com a equipe do serviço e das figuras típicas daquela festa. *Go-go boys*, *Drag Queens*, militantes e população cantavam a plenos pulmões seus hinos, nas vozes de suas divas, no início da Praia de Icaraí, em Niterói. As músicas ecoavam nos prédios, fazendo tremer os apartamentos na avenida beira mar. No asfalto adolescentes purpurinados acompanhavam a multidão, casais se formavam, beijos "saíam do armário"⁵ e ocupavam um lugar protagonista naquela tarde. "O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social" (SEDGWICK, 2007, p.22).

Aqueles beijos nas avenidas nos contam também sobre o perigo que pode ser um beijo, para quem beija - ou seria para quem vê? Porque um beijo ameaça tanto? E sobre as peripécias que os amantes, desejosos por darem tais beijos, fazem para encontrarem abrigo para seus beijos, em banheiros públicos, em cabines de lojas de shopping, escadas de prédios, praças desertas, boates e tantos outros esconderijos de que jamais saberemos. Beijos dos quais jamais seremos testemunhas. Beijos podem se transformar em batalhas políticas. Atualmente, segundo a divulgação feita em maio de 2017 da associação internacional ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association)⁶, existem 72 países que criminalizam atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Desses, em oito países membros da ONU (Organização das Nações Unidas) pode ser aplicada como punição a pena de morte. Por isso, ao invadirem as avenidas aqueles beijos conquistavam um caráter político.

⁵ "sair do armário" é uma expressão usada popularmente para se referir às pessoas que expressam publicamente sua homossexualidade ou qualquer coisa que seja um tabu social. Eve Kosofsky Sedgwick (2007) em seu livro "A epistemologia do armário" escreve sobre esse termo e discute a função do "armário" na vida da população gay e de outros segmentos sociais.

⁶ <http://ilga.org/ilga-state-sponsored-homophobia-report-2017/> consultado em 23/05/2017

Diante desse mar de beijos sou recebida em Niterói. Eu estava exatamente onde queria estar. Senti-me duplamente privilegiada: me formar já engajada no mercado de trabalho e com um emprego pelo qual eu era apaixonada. Esse sentimento era compartilhado pela equipe, que se mostrava completamente implicada no trabalho. Nós estávamos construindo nossas práticas profissionais dentro de uma política pública identitária, ou seja, voltada para as identidades LGBTI⁷. Era uma proposta de trabalho muito atraente.

O Centro de Cidadania LGBT - Leste (localizado em Niterói) tinha sido inaugurado há apenas três meses, e eu era a primeira e única psicóloga da instituição naquele momento. Por um lado, uma grande abertura para criação. Por outro, o medo de não dar conta. De um dia para o outro eu passei de estagiária para supervisora de estágio.

Meus trânsitos, que já se iniciavam ali, não eram apenas geográficos entre uma cidade e outra. Ali eu me transformava na profissional. E meu não saber, minha inexperiência pareciam aterrorizantes, como se eu estivesse em uma corda bamba, sem poder dar um passo em falso. A instituição cresceu, e eu parecia ter diminuído, mesmo que agora eu carregasse um diploma na mão, mais parecia que ele pesava sobre meus ombros, esmagando meu corpo com uma grande responsabilidade. Será que estou pronta para ser psicóloga? Quando se está pronta para ser psicóloga?

Apesar de toda minha circulação nas diversas instituições, eu estava me inaugurando como profissional, em um serviço que acabara de ser inaugurado. Estava longe das prescrições e muito próxima dos questionamentos e inquietações. E por isso mesmo, era um terreno muito potente e a aposta que norteou o caminho foi, justamente, nessa abertura de fazer do caminhar bússola para a construção dessa Psicologia sempre por se inventar. Melhor seria dizer que o que se buscou foi, então, uma Psicologia que nunca estará pronta, manter ela na corda bamba, atenta para o diploma não pesar demais nem para um lado, nem para o outro. O equilíbrio se dá no movimento.

⁷nas pesquisas que realizei sobre política pública identitária sua definição vem atrelada às discussões sobre ações afirmativas. Ações afirmativas abrangem muito mais do que, por exemplo, a implementação do sistema de cotas raciais nas universidades públicas, mas diz de um reconhecimento do Estado de criar ações no sentido de diminuir a produção das desigualdades sociais. Nesse sentido há o entendimento de que "A formalização de identidades sociais como sujeitos de direito reconhecidos pelo Estado, permitindo que aqueles que as reivindicam tenham um acesso diferenciado a recursos, bens e serviços, tem efeitos profundos na dinâmica social das mesmas" (PINTO e JUNIOR) http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/Artigo2005005.pdf (acessado em 27 de maio de 2018). Nessa direção, o uso de política pública identitária neste texto se dá no entendimento de que o Programa Rio Sem Homofobia foi elaborado tendo como referência de suas ações as identidades LGBTI, população que historicamente vem sofrendo processos de exclusão social.

Por um momento aquele me pareceu o trabalho dos sonhos

... era meio dia, hora do almoço, o ar condicionado estava extremamente forte, e ela nem tinha se dado conta das horas que tinham passado enquanto trabalhava. Chamou a colega para almoçarem juntas. As duas desceram os elevadores para comerem algo por ali mesmo. Na Central do Brasil as opções de comida se restringem a massas e frituras para os transeuntes, que são em sua maioria trabalhadores. Um homem vestindo farrapos pediu qualquer trocado. Um menino que tinha por volta de seis anos de idade vendia balas e insistiu para que elas levassem alguma: “um realzinho tia”, dizia com suas sobrancelhas espremidas. Cenas cotidianas vinham acompanhadas de gritos de vendedoras de empresas de telefonia que vendiam chip por dez reais.

Elas comiam, conversavam sobre o trabalho e comentavam que sonhavam com o dia em que as pessoas poderiam amar e experimentar seus corpos como quisessem. Um mundo em que no campo do desejo e do enlace erótico não caberia certo ou errado, mas o prazer e a sexualidade fariam parte da descoberta das sensações de se viver o mundo. Braços, pernas, pescoço, cu, clitóris, joelhos, antebraços, nuca, orelhas, vulva, glândula, pés, salivas, secreções, seriam todos órgãos disponíveis ao prazer. Os órgãos sexuais se expandiriam para outros corpos, tecnológicos inclusive. Zonas exógenas que extrapolam o corpo biológico. Dildos, lubrificantes, objetos ásperos e macios, grandes e pequenos, quentes e gelados, secos e molhados, retos, redondos, cordas, ganchos, metais, sexo de plástico, uma plasticidade dos sexos (PRECIADO, 2014).

Uma contrassexualidade como destruição da natureza ditadora da ordem que legitima a sujeição de certos corpos à outros. A expansão da superfície exógena e erótica, uma abertura para uma sexualidade radicalmente à favor do orgasmo, do desejo e da excitação, sem que um modo de expressá-los e senti-los seja reconhecido em detrimento de outro.

Elas pensavam como seria viver em um mundo que acorda após um terremoto apocalíptico que destruiu os modelos vigentes de modelação dos corpos e as tecnologias da escritura do sexo e do gênero. (PRECIADO, 2014). Cada ato sexual como a invenção de novas enunciações do prazer, sexo como um caminho sempre a ser inventado em direção ao gozo. A não captura do ato de gozar.

Eram apaixonadas pelo trabalho e sentiam-se privilegiadas pela oportunidade de pensarem outras maneiras de se viver. O trabalho dos sonhos as conduzia para um mundo dos sonhos. E ao saírem do restaurante os corpos transeuntes na Central do Brasil abriram um corredor de passagem para elas, como uma coreografia combinada.

A Central do Brasil estava especialmente brilhante naquela tarde, até mais colorida. Estranharam, mas continuaram caminhando rumo ao sétimo andar. Lá uma parede se abria como

uma passagem secreta. Um túnel as levava diretamente para um complexo de teatros, shows, parques. Onde elas estavam? Continuaram por entre aquele universo que se abriu diante de seus olhos.

Nesse universo as pessoas formavam os mais diferentes casais, uma multiplicidade de modos de expressar gênero se apresentava. Era um mundo curioso, provocativo, incômodo e alegre. Elas embarcaram naquele universo e escolheram entrar em um teatro.

O show começa e o cenário é apenas o palco. O palco e o homem em cima dele estão praticamente nus, exceto pelas luzes que vestem o palco com penumbras e sombras; e o homem que veste apenas uma sunga tapa sexo, usa em um pé uma bota de couro preta e no outro um salto alto vermelho elegante e no rosto, muita purpurina. Dança com maestria, rebola seu quadril com força e delicadeza, de forma bem sensual. Um fio de luz incide sobre seu corpo desenhando em contrastes de luz e sombra seus músculos muito bem definidos. O suor faz sua pele brilhar. A cena acaba e o palco é invadido por uma dezena de outros homens com seus corpos dançantes e bailarinos. Rebolam, dançam exibindo uma sexualidade livre, uma coreografia envolvente.

Elas se dão conta que estão em um show dos Dzi Croquetes, um grupo formado por homens da década de 1970 que durante os seus shows, vestia roupas femininas e masculinas, muito coloridas, saias, vários adereços, outras vezes poucos adereços e roupas, bastante maquiagem e purpurina. Faziam performances debochando dos papéis sociais homem/mulher. Fundindo os gêneros em seus corpos, transformavam o palco em um lugar de entidades sem gênero definido, fazendo assim um espetáculo de gente. Eram polêmicos e inéditos na sua época e, a advogada e a psicóloga em suas peles arrepiadas e retinas incrédulas testemunhavam a força daquele show quase cinquenta anos depois... Dali por diante já não precisavam mais entender o que se passava e se entregaram ao absurdo e ao êxtase daquela situação atemporal.

O show seguiu. Os *Dzi* sentaram na plateia para assistirem ao próximo número e vieram as *Drag Queens* com dublagens, sarcasmo, e uma exposição crua da vida. A beleza do show vinha da transmutação que aquelas artistas fizeram de suas marcas e dores em fluxo, como se tirassem a força da vida dos próprios acontecimentos. Vestidas de maquiagem, sarcasmo, humilhação e purpurina, falavam de preconceito e violência, faziam uma crítica ao sistema de gênero e sexualidade como dispositivos de enquadramento dos corpos com um humor afiado, ácido e preciso.

No meio do show uma sirene toca, a plateia sai correndo. As *Drag Queens* começam a olhar para a advogada e para a psicóloga e rir. Mas do que elas estão rindo? O teatro começa a encolher e a girar. A advogada e a psicóloga vão ser esmagadas! Os *Dzi Croquetes* ganham uma expressão

facial séria e um tom pálido de morte. Uma ventania invade o teatro levantando os cabelos, poeiras, cenário, cortinas e tapetes. Elas tentam sair do teatro, mas não conseguem. Estão presas, seus corpos derretem se misturando ao tecido das poltronas. O ar fica pesado, quase não é possível respirar, como se as partículas de ar estivessem tão densas que faziam os pulmões doerem.

A Sirene fica cada vez mais alta, um barulho ensurdecedor. Medo. Seus corações aceleram, a pressão arterial sobe. Uma pressão sobre o peito e em toda a cabeça. O corpo fraqueja, treme e agita tentando reagir. O barulho da sirene, o teatro encolhendo, tudo girando, o público correndo, o ar pesado, as *Drag Queen* gargalhando e zombando da psicóloga e da advogada. Uma angústia aterrorizante toma conta das duas. As gargalhadas das Drag Queens se misturam ao som da sirene que mais se parece com um alarme de relógio...

... Era o despertador. Hora de acordar!

Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir

Ao longo do período da minha atuação, tanto como estagiária, quanto como psicóloga, pude sentir os efeitos dos funcionamentos duros da instituição. Apesar do ambiente de trabalho ser extremamente provocador por envolver encontros com questões inéditas, o Programa Rio Sem Homofobia não estava, e nem está, descolado dos contextos institucionais contemporâneos. Aquele não-saber que a princípio era um terreno de potência começava a ser esmagado pela maquinaria institucional. Os questionamentos, em vez de abertura, começavam a se apresentar como ameaças, lacunas que precisavam ser preenchidas. A demanda era por respostas cada mais mais rápidas, serializadas, automáticas, sem intervalos.

"Dentre os diferentes dispositivos produzidos pelo sistema capitalista, por exemplo, ressaltamos a divisão social do trabalho, que irá instituir e naturalizar dois territórios muito bem definidos. O primeiro, o do saber-poder, é identificado como o lugar da competência, do conhecimento/reconhecimento, da verdade, dos modelos, da autoridade, do discernimento, da legitimidade e adequação de certos modos de ser. O segundo, o do não saber, o da falta, caracterizado como território da exclusão, visto ser desqualificado, condenado, segregado, considerado, até mesmo, como danoso e perigoso – o campo do desvio – necessitando sistematicamente ser

acompanhado, tutelado, monitorado e controlado.” (COIMBRA e LEITÃO, 2003, p.8)

Permaneci no Programa por mais três anos e meio como psicóloga e durante esse tempo pude perceber um processo de adoecimento que se abateu não só sobre mim, mas sobre grande parte da equipe. O desencanto naquele contexto profissional foi um processo coletivo que perpassou pela precarização das condições de trabalho. De um emprego dos sonhos para um pesadelo que parecia não ter fim, minha trajetória no Programa é marcada pela experiência de construir uma prática comprometida com uma ética profissional e que consistia, portanto, em forjar um rigor sobre as condições a partir das quais eu me permitiria trabalhar.

"A divisão social do trabalho, a designação dos indivíduos a seus postos de produção não dependem unicamente dos meios de coerção ou do sistema de remuneração monetária; mas também, e talvez de modo mais fundamental, das técnicas de modelização dos agenciamentos inconscientes operados pelos equipamentos sociais, pelos meios de comunicação, pelos métodos psicológicos de adaptação de todos os tipos" (GUATTARI, 1981, p.171)

Eu já estava no Programa há quatro anos e meio, durante esse tempo surgiram algumas ameaças de sua extinção. Todo final de ano havia no ar a dúvida sobre a renovação do contrato que garantia a permanência do Programa e a ameaça iminente de interromper os trabalhos desenvolvidos. Este contrato envolvia um convênio com a UERJ através do LIDIS - Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Governo do Estado do Rio de Janeiro através da SEDASH.

Ao mesmo tempo, os atritos entre coordenação e equipe técnica demandavam um gasto de energia enorme. A gestão do Programa vinha diretamente dos movimentos sociais e militância LGBTI, o que no início deu base para a construção do trabalho, ao mesmo tempo, com algumas ideias distantes das práticas da equipe técnica, o que gerava conflitos e, a partir deles, desencadeava um desgaste imenso para ambas as partes.

A política pública, enquanto máquina do Estado, vem produzindo adoecimento em várias áreas de atuação das/os psicólogas/os. Temos muitas produções sobre esses processos no campo da saúde mental, por exemplo. E no momento político atual, em que muito se noticia sobre uma crise

financeira e política pela qual o Brasil passa, parecem se justificar condições tão precárias que inviabilizam qualquer trabalho de cuidado.

Salários atrasados, cortes dos benefícios – como ajuste salarial anual e cesta de natal –, falta de recursos materiais, falta de condições básicas como água, excesso de demandas direcionadas aos profissionais. A lógica capitalista de produção em série se reproduz nas instituições governamentais e o vínculo de trabalho precário só serve para aumentar a pressão sobre os trabalhadores.

Os salários atrasavam dez dias, um mês, dois meses, três meses, chegando a cinco meses. Era rigorosa a vigilância do horário de entrada e saída, prazos para entrega de relatórios e etc. As exigências fugiam ao contexto profissional e as ordens de cima pra baixo atropelavam a autonomia profissional da equipe técnica. As relações verticais eram entraves para um diálogo que oportunizasse a construção de soluções coletivas. Com o serviço sendo cada vez mais conhecido, as demandas aumentavam e a viabilidade de atendê-las diminuía.

As cobranças desmedidas no contexto de precarização é um problema crônico que perpassa as políticas públicas das mais diferentes áreas: “Diante do fazer cotidiano, ao final do dia, restava o corpo trabalhador, independentemente, da área de atuação, a exaustão, o cansaço. Os afetos se acinzentavam e, por vezes, pairava a incerteza do que se havia de fato produzido” (BATISTA, 2012, p.32). Batista concorda com Machado (2010, p.118), quanto a abordagem do tema do trabalho, quando diz que a autora:

“é clara ao trazer o processo do enfado e do cansaço que a 'organização do trabalho' produz. “Uma mortificação que tirou do trabalho seu potencial de invenção, de pensamento, de resistência à própria 'organização'. Ela diz que estar cansado é uma exigência do próprio trabalho, que foi capturado pela 'organização do trabalho’.

Em suas considerações, Machado (Ibidem, p. 119) aponta ainda que aqueles que “insistem em fazer do trabalho algo criativo, leve, crítico e alegre terão que se defrontar com uma ‘organização’, que lança pedras em seu caminho, que produz incessantemente a necessidade do cumprimento de tarefas tristes e pesadas. [...] Toda multiplicidade vai sendo capturada na monotonia de formas modelares de ser e de estar nos verbos da vida”. (BATISTA, 2012, p. 32 e 33)

Enquanto a folha de ponto nos perseguia atrás de nossas pontualidades assinadas no papel, o que se encontrava no cotidiano da instituição eram salários atrasados, salas abarrotadas de técnicos,

o espaço apertado para comportar todos, falta de computadores, papéis espalhados pelas mesas, as tentativas de se organizar sistematicamente as reuniões de equipe, os embates. Um cotidiano vertiginoso tanto pela velocidade, quanto pela “carrera morta” (BATISTA, 2012).⁸

Em janeiro de 2016 o serviço fechou e todos os profissionais foram demitidos de uma hora para a outra (no susto!) – sem ter tempo de, sequer, avisar aos usuários e usuárias do serviço. Encaminhamentos interrompidos, atendimentos cancelados, histórias que não terminaram de serem contadas. Salas vazias e nos corredores, silêncio.

Atualmente o Programa Rio Sem Homofobia continua funcionando no sétimo andar da Central do Brasil. Os quatro Centros de Cidadania também permanecem em funcionamento. Porém a configuração da estrutura Estadual mudou. Dentro da crise financeira e econômica que o Rio de Janeiro - e o Brasil - atravessa, se oportunizou o desmantelamento de diversas Secretarias, instituições e serviços na área da assistência, saúde e educação. A SEDASH foi uma das Secretarias do Estado do Rio de Janeiro extinta. Ao mesmo tempo, alguns serviços continuam funcionando, porém, em situações de tamanho abandono que poderíamos pensar que sua continuação faz a manutenção de seu não funcionamento. Dito de outra forma, há que se questionar como que um serviço da assistência chega às condições tão precárias de funcionamento e qual é o efeito disso no atendimento à população.

⁸ termo usado por Batista (2012) ao contar narrativas de adolescentes sobre a prática dos profissionais que trabalhavam na instituição em que ele cumpria medida socioeducativa na dissertação de mestrado "Encontros-narrativas na cidade-internação: vidas contadas por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa".

PONTES E CONEXÕES

Capítulo II

*Nós também sabemos nos dividir, é verdade.
Mas apenas em corpo e sussurros partidos.
Em corpo e poesia.*

Existe uma versão da política pública contada nos cadernos das Conferências, nos manuais elaborados para os técnicos dos Centros de Cidadania LGBT, nos documentos que circulam pelos armários e gavetas do Programa. Assim como existe um registro oficial dos casos da instituição nos prontuários, relatórios e bancos de dados. Nas letras frias do Estado tudo sobre a política está claro, diretivo e decretado. No papel não há entrelinhas, tropeços ou mal entendidos. As estatísticas da política pública são feitas a cada ano. Os números dizem quantas pessoas buscaram por terapia hormonal, cirurgia de redesignação sexual, retificação do registro civil. Sabemos quantas demandas tivemos por violência física, verbal, patrimonial e institucional. Esse é um modo de contar história, através de uma voz oficial.

Esses registros e números expressam dados importantes, fundamentais para embasar quantitativamente a necessidade desses serviços. As políticas públicas identitárias foram construídas na tentativa de se fazer garantir direitos àqueles que sofrem processos de exclusão social.

Há, entretanto, algo que esses registros não nos dizem. Uma dimensão que se coloca quando as letras saltam do papel para a vida. Os relatórios não podem dizer de algo que aconteceu nos corredores e salas de atendimento e fora deles, pois estão justamente nas entrelinhas, nos tropeços do texto, nos mal entendidos, naquilo que não se esclarece. Existem histórias que não podem ser registradas pelas burocracias do Estado e que as informações não podem transmitir. Nos interessam as miudezas dessas histórias, carregadas de cores, sabores, afetos, sentidos, mundos. Essas histórias são contadas de modos singulares, onde no detalhe do cotidiano outras políticas acontecem.

A política pública na tentativa de fazer falar as vozes dissonantes do gênero e da sexualidade não garante que elas sejam ouvidas, porque enquanto máquina do Estado acaba por fazer as engrenagens misturarem os sons, as vozes perderem nitidez, as palavras se embolarem tanto que no final escutamos um som uníssono. Uma burocracia criada no intuito de se apaziguar “conflitos”, fazer garantir e acessar direitos não pode agenciar algo que se dá em outra instância: os encontros que se dão no mundo. Há um deslocamento da natureza do problema, que convoca a transitar pelas estruturas das macropolíticas com olhar atento para a produção das micropolíticas. Deslocar o foco das políticas públicas para se demorar nos atravessamentos que se dão nos encontros. Articular um texto que possa durar num tempo sensível e afetivo.

A micro e a macro política não são coisas dissociadas, separadas, contrárias, dicotômicas. E nem vamos defender a micropolítica como oposição a macro. "Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica" (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p.83)

Temos visto, porém, a fragilidade das políticas públicas enquanto parte desse funcionamento macro, no sentido molar, frente aos governos que usam de diferentes argumentos

para desmantelá-las. O que se tenta colocar aqui não é ir contra as políticas macro, nem maldizê-las ou deixar de considerar sua importância como estratégia de luta política para garantia de direitos dos LGBT's, porém, aquilo a que se chama atenção aqui é para algo que elas simplesmente não podem dar conta, seus limites e limiares.

As políticas micro no entendimento de Deleuze e Guattari (1996), não são algo de cunho interior ou pessoal, mas o que se dá com segmentações de outra natureza, ou seja, de massa, rizomática ao invés de arboresca, molecular ao invés de molar (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p. 66).

Pretendemos trazer essa dimensão micro para afirmar uma Psicologia por vir, que transite. Busca-se o espaço acadêmico para dar linguagem a esse campo de investigação, como uma estratégia possível de se pensar essas questões em outro ritmo. Não só no ritmo do pensamento - os prazos estão aí nos lembrando da academia também enquanto instituição, com suas estruturas e números. Mas se aposta no espaço acadêmico como um espaço potente para outras conexões, necessárias, fora do som maquinal do Estado que impõe uma velocidade apressada à quem está na ponta dos serviços, visando abrir os ouvidos para os ruídos do cotidiano.

31 de agosto de 2016, era uma quarta-feira. O dia estava cinza, com muitas nuvens no céu, mas não chovia. Estava abafado, sabe? Como aqueles dias típicos do verão carioca em que quase não dá para respirar fora do ar condicionado. O suor escorria pelo pescoço, pelas axilas, pelo peito, pela nuca, por todas as dobras do corpo, atrás do joelho, virilha, bunda. Especialmente naquele dia muitos cariocas se sentiam no inferno.

É o dia de matrícula no mestrado e doutorado da Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Os alunos e alunas chegavam suados, como se tivessem atravessado um deserto. Faltava-lhes ar e água no corpo. Papéis assinados, preenchidos, cumpriram toda a burocracia acadêmica para se registrarem devidamente na instituição de ensino: documentos, cópias, certificados, códigos de disciplina, lista, carimbo. Pronto! Todos teremos dois anos pela frente! Dois anos, esse é o tempo acadêmico para conclusão do mestrado. Tempo homogêneo para produções singulares, está dada a largada. A universidade, enquanto máquina do Estado, também produz ritmos apressados. Os estudantes universitários da pós-graduação começam a corrida das produções acadêmicas.

Vamos almoçar juntos? Os alunos devidamente matriculados se encaminham para o restaurante mais barato da Praça da Cantareira, aquela Praça boêmia nas quintas-feiras, com seus cachorros pedintes, próxima do Campus do Gragoatá. Ninguém recebeu bolsa ainda, muitos não receberam seus salários do mês passado, é necessário economizar. A economia anda apertada para a maioria dos cidadãos e cidadãs.

Self-service, arroz, batata, bife de alcatra. Na televisão, o então presidente interino Michel Temer assume a presidência da república. Um prato escapa das mãos de um dos garçons e se estilhaça no chão. Muitos brasileiros se sentem exatamente assim: estilhaçados no chão, em cacos.

Somos a turma do impedimento da presidente Dilma. A data da nossa matrícula parece acompanhar uma série de eventos no Brasil que inaugura um tempo de desmantelamento de políticas públicas e Programas de Governo a favor da diminuição das desigualdades sociais, assim como uma onda conservadora, com pensamentos liberais e fundamentalistas. Esse momento político se configura como um silenciamento de muitos, uma oposição ao tanto de barulho que anda se fazendo nas avenidas beira mar aos domingos no Rio de Janeiro. Os manifestantes vestem camisa de futebol e pedem o fim da corrupção. Mas o que se apresenta é o fim de diversos equipamentos da rede de serviços públicos. Muito barulho, e por baixo dele o que se faz é um silenciamento em massa.

"O nosso universo político liga-se, intimamente, à insuportabilidade de um silêncio, onde, uma vez mais regressa este voltar a encontrar-se sem palavras de um povo inteiro frente ao próprio destino. A fidelidade a esse silêncio é também fidelidade ao tempo-acontecimento onde a vida se joga na zona opaca entre corpo biológico e o corpo político. A procura de uma política a vir deve partir da necessidade de cada ser humano singular encontrar o seu próprio espaço nesta zona de indiferença entre zoe e bios, entre público e privado, entre corpo biológico e corpo político". (VILELA, 2010, p. 151)

Em meio a um barulho que dizia pouco, e um silêncio ensurdecido, há os burburinhos, resquícios de um junho de 2013 em que os dias fora do tempo ainda tem seus sentidos disputados por narrativas. Quanto aos mais novos estudantes da pós graduação do curso de Psicologia da UFF, nossas matrículas nos convocam justamente a escrita, a expressão, a fala, a produção. Mas não qualquer fala, de qualquer modo. Uma escrita que teça um caráter político que nos interessa.

"Tivemos de nos habituar a pensar e a escrever nesta confusão de corpos e de lugares, do exterior e do interior, do que é mudo e do que está dotado de palavras, do que é escravo e do que é livre, do que é necessidade e do que é desejo. Tudo isso significou fazer experiência de uma impotência absoluta, enfrentamos uma e outra vez a solidão e o mutismo, ali, onde o que esperávamos era a companhia e palavras. Mas, é deste terreno incerto, desta zona opaca, desde onde temos que partir, hoje, para encontrar o caminho de outra política, de outro corpo, de outra palavra" (AGAMBEM, 2001, p. 115-116)

Como escrever? Porque escrever? Com que mãos encararemos a tela do computador? Como enfileiraremos as letras, uma após a outra, formando palavras, frases, texto sobre um silêncio que nos assombra? Porém, é justamente de dentro desse assombro que escrever se faz necessário... é daí, dessa barulheira ensurdecadora, silenciadora, que a necessidade da escrita emerge.

“Por que sou levada a escrever? [...] Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. [...] Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.” (ANZALDUA, 2002, p. 232)

É necessário uma escrita que escape dos discursos midiáticos, e que por intermédio dela sejam contadas outras histórias.

Nós, alunos recém ingressos, buscamos o espaço acadêmico, e isso implica dar movimento às nossas pesquisas, o que nos coloca a tarefa da escrita. Tarefa que segundo nossa perspectiva aqui tem seu próprio compasso. Os ritmos da escrita se dão no próprio escrever. Um processo que não é linear e que nunca dará conta de dizer aquilo que se pretendeu. Pois a escrita é uma experiência que não dá conta de dizer aquilo vivido e que se pretende dizer. No chão da escrita, as palavras traçam seus próprios caminhos, ganham formas inesperadas e se transformam em textos que se desvelam no papel.

Agora, por exemplo, volto ao parágrafo anterior e mudo as frases. Arrumo aqui, arrumo ali e lembro de um texto que pode me ajudar em outra sessão dessa dissertação. Apago um capítulo

inteiro em que as palavras ficaram grandes demais e não couberam aqui. Eu queria falar dos *Dzi Croquetes*, mas onde encaixar uma história com os *Dzi Croquetes*? Só se surgir um personagem que sonha ou que viaja no tempo.

O processo de escrever é uma coreografia misteriosa, atravessada por passos de uma dança com sua própria lógica, o fundo musical com certeza seria uma ópera, aumentem o som: acordar, sentar no computador, vontade súbita de lavar roupa, voltar para o texto, procurar conceitos nos itens da geladeira, voltar para a dissertação, comer, fumar cigarros, ler um texto, pesquisar sítios da internet, voltar para a dissertação, se distrair navegando em redes sociais, vontade súbita de arrumar a gaveta de sapatos, ligar para um amigo que não encontra há muito tempo, voltar para o texto, e assim por diante.

No processo de escrita, as vezes preciso correr atrás das palavras nos livros das autoras e autores que me acompanham, leio páginas e mais páginas e as palavras me escapam, idéias não esclarecem, argumentos não se sustentam. Escrever é percorrer caminhos errantes. É nesse método perigoso (GAGNEBIN, 2004, p.88) que embarcaremos rumo ao desconhecido, o que nos guia é a abertura para ouvir outros mundos. Como o moribundo que sussurra no seu leito de morte algo, e se faz urgente que o escutemos, “não porque ele teria qualquer saber secreto pessoal a nos revelar, mas muito mais porque, no *limiar* da morte, ele aproxima, numa repentina intimidade, nosso mundo vivo e familiar, deste *outro* mundo desconhecido e, no entanto, comum a todos nós” (GAGNEBIN, 2004, grifo da autora, p.66). Contaremos histórias desses mundos por vir, desde suas miudezas, que não podem ser ouvidas pelas durezas das instituições, mas apenas por ouvidos constituídos de cartilagem e afeto.

Por mais que esse método não nos garanta um ponto de chegada, é justamente por ser imprevisível e conter riscos que pode provocar deslocamentos. A escrita é atravessada, interrompida, interpelada por um cotidiano para além da vida acadêmica. Se o que se pretende é uma escrita de carne e osso, então é preciso se deixar penetrar pelos eventos que extrapolam a instituição universitária. Aliás, é fazer dessa uma escrita que ao se abrir pode criar brechas no sistema hermético que a universidade pode se tornar, mesmo que esse fechamento seja artificialmente produzido.

Nesse sentido, o esforço de produzir uma experiência (LARROSA, 2015) a partir do texto vai na contra mão de uma coleção de informações, uma após a outra. Larrosa se inspira em Benjamin para nos falar sobre o que nos empobrece de experiências no mundo atual. Excesso de informações, falta de tempo, excesso de trabalho, enfim, tudo nos atravessa, nos excita, nos agita, mas nada nos acontece (LARROSA, 2015, p22). O que se pretende, então, é que esse texto se aproxime o máximo

possível de um lugar de encontro, ou seja, que ele possa dar passagem para uma dimensão sensível das histórias, daí que se convoca uma sensorialidade, em que o cheiro, o sabor, a temperatura, o tato, compõem os detalhes relevantes da cena.

Evocamos todo o corpo nessa pesquisa, para um saber encarnado, nos contrapondo a soberania de um "olhar de Deus". (HARAWAY, 1995). Donna Haraway propõe que objetividade na pesquisa científica é aquilo que se aproxima das marcas do pesquisador, ou seja, trazer para a pesquisa perspectivas locais e parciais. Se contrapor à uma pesquisa que pressupõe um saber distanciado do pesquisador, que analisa seu objeto de longe, sem envolvimento, com seu "olho que tudo vê" (HARAWAY, 1995) é, justamente, se aproximar de nossas marcas, pois é através delas que produzimos pesquisa. Afirmaremos um texto que recusa respostas universais, conclusões definitivas, uma única história, ou seja, aquela que é fechada em seu sentido. "São únicas no sentido que se dá de 'tamanho único' como unidade de medida supostamente universal, adequada a todos os tipos de corpos" (TSALLIS E MORAES, 2016, p.142). O perigo das únicas histórias é empobrecer o mundo, restringindo-o a uma única forma de contar a existência, "são formas de classificar e categorizar os outros que não lhes oferecem oportunidades de se reinventarem" (TSALLIS e MORAES, 2016, p142.) Aceitaremos o convite de Moraes e Tsallis (2016) para povoarmos o mundo com histórias únicas, que se constituem por outras metodologias, contadas por vozes dissonantes. Nesse jogo de palavras que trazem sentidos contrários, diferentes das únicas histórias, as histórias únicas trazem singularidades, especificidades, modulações.

"Conti (2014, 2015) salienta que o termo "único" comporta uma interessante ambiguidade: no sentido presente por exemplo em "tamanho único", ou seja, tamanho universal, indiferente às especificidades de cada corpo. E também no sentido de singular, raro, como quando dizemos que um "encontro com uma pessoa foi único". Em seu trabalho a autora propõe escrever únicas histórias para marcar o primeiro sentido e histórias únicas, para marcar o segundo sentido do termo. Da mesma forma que Conti (2015) apostamos que a escrita acadêmica se faz também a partir de histórias únicas". (MORAES e TSALLIS, 2016)

Há aquilo que se registra na retina dos olhos, no arrepio da pele; e que se faz a partir dos cheiros e dos sons, de uma sensação que ainda não tem nome. Há que se contar sobre um susto, o frio, o suor. Os afetos só podem ser registrados se for de modo tal que se persista na produção de afetos. Vamos então atentando para os detalhes, pequenas peças que formam um caleidoscópio de

múltiplas e infinitas combinações. A cada movimento uma imagem inédita que nos conta de mundos desconhecidos e ao mesmo tempo próximos.

Nos Centros de Cidadania LGBT Capital e Niterói se contaram histórias sobre transitar entre os gêneros e modos de se experimentar a sexualidade. Histórias que nos contam de vidas que não são impotentes, de dores que não são silenciosas, e de corpos que não são invisíveis, mas ao contrário, produzem resistências, barulhos, ruídos, sons, falas, gritos, e corpos que se apropriam do desejo e criam novos contornos na paisagem dos gêneros e das sexualidades.

Nas salas de atendimento e corredores, a Psicologia se encontra com histórias que pedem para serem ouvidas, algumas seriam contadas pela primeira vez. Histórias que buscam testemunhas para seus trânsitos, seus desvios do normativo e destinos sociais. Histórias que nos contam de desejos e afetos que ainda precisam ganhar sentido. No campo do gênero e da sexualidade, essas histórias por vezes nos aproximam de modo repentino de um mundo desconhecido e íntimo de todos nós, como o moribundo, que quer nos sussurrar algo, um mistério que nos interessa porque de algum modo diz respeito a todos nós. Porque de certo elas nos contam sobre uma busca de um território para a experimentação e expressão de si diante do labirinto de sobrecodificação das experiências e das capturas dos corpos na contemporaneidade.

Histórias que são contadas acerca de uma prática da Psicologia que foi sendo construída a medida em que se deparava com desafios concretos, em contextos singulares. Contaremos até mesmo histórias da política oficial, não como única história, ou seja, como uma única versão, mas com suas conexões parciais. Apostamos que trazer essas histórias a partir desse lugar encarnado possibilite fazê-las contar de tantas outras coisas mais. Trazer essas histórias é trazer um campo afetivo. Com isso pretende-se afirmar que essas histórias importam, ou seja, as histórias miúdas e críticas aos modelos oficiais de narrar.

Se a construção do gênero e da sexualidade se dá social e politicamente, estas histórias são de todos. Ao compartilhá-las buscamos justamente acompanhar de que modos se constitui esse transitar - o que impede, o que bloqueia, o que desafia e o que permite escapar às capturas identitárias - para que se possa desfazer os enquadramentos que tornam as vidas matáveis e não passíveis de luto (BUTLER, 2016)

Como aprendemos com Foucault (2007) a sexualidade se tornou um dispositivo importante para regulação dos corpos desde os séculos XVII e XVIII. É um campo privilegiado para se pensar os modos de relações sociais, as enunciações de si e sua relação com o desejo: “Tornamos-nos animais confessantes e produziu-se em torno do desejo um conjunto de tecnologias que visam gerir e compreender quem somos” (FERREIRA, 2016, p. 95). A sexualidade, portanto, assume

importância histórica no manejo das relações sociais e os postulados da verdade e isso se dá através de uma explosão discursiva prescritiva das instituições, uma incitação à fala confessional da sexualidade. (FOUCAULT, 2007).

O tema da sexualidade como dispositivo de controle dos corpos se atualiza no contexto contemporâneo das disputas discursivas. No jogo de poder da máquina do Estado, a sexualidade se torna barganha em alianças políticas e manutenção de lugares de poder. Do macro ao micro Foucault (2007) é atual e suas questões permanecem nos convocando à pensar sobre o tempo que ainda é o nosso.

No caso da política pública voltada para o atendimento e acolhimento da população LGBTI, o que se fabrica é um lugar que se propõe abrigo para essas falas desviantes. E o que fazer com elas, uma vez que chegam e nós as testemunhamos? O que elas têm a nos dizer? Sobre o que elas nos dizem?

Contaremos essas histórias não para encontrar sentidos e significados ocultos nelas, mas nos debruçaremos sobre as histórias narradas aqui como um ponto de partida ou de encontro com modos singulares de existir. Por fim, as histórias nos guiarão como referência de algo que nos desloca pelos modos de pensar, sentir, agir, enfim, transitar. Desse modo não cabem análises por dentro das histórias, pois o perigo seria reforçar a ideia de interiorização das questões, e acabar produzindo individualismos. Mas, ao contrário, a partir de suas superfícies em que os corpos se encontram, ficaremos atentos àquilo que nos provoca, seus efeitos, como nos afetam, e o que nos é comum.

Ainda sobre as histórias, é no ato de narrá-las que elas se tecem, elas não pré existem ao ato de serem transmitidas. A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchimento de “tempo de agora” (BENJAMIN, 2012). Se essas histórias aconteceram em algum passado, é desse agora que ele é lembrado, acessado e, portanto, constituído. Por isso essas histórias ainda têm algo a nos dizer. Se estão no passado, o passado ainda está por vir, no presente. O que se pretende não é usar palavras que cristalizem um único passado, ou que congelem os acontecimentos em uma versão cheia de sentidos prontos, um passado inerte, com uma origem autêntica. Trazemos palavras que querem se desvencilhar das informações decretadas como verdades. As histórias oficiais já estão cheias delas.

Inspiramo-nos em Benjamin para pensar que as investigações históricas não cessam de ter empatia pelos vencedores. Nesse sentido, buscaremos a versão dos fracassados da história hegemônica da sexualidade. As histórias pedem para serem lembradas, e a tarefa de lembrá-las se faz, cada vez mais, urgente e necessária. A versão dos fracassados não está nas narrativas

hegemônicas, decretos e leis, nem mesmo nos prontuários da política pública quando este se torna um instrumento de produção quantitativa. Há algo que se conta em sussurros e silêncios, em sorrisos e lágrimas, nos cantos de falas esquecidas. Mas nós lembramos.

Lembramos dos peitos de silicone e ameaças em ônibus universitários; internações compulsórias, criaturinhas perseguidoras, a voz que hipnotiza toda uma equipe. Uma rua deserta de Niterói; as bocas, buracos escuros, com diferentes hálitos e suas gargalhadas que misturam dor e prazer; a porta do banheiro feminino do terminal rodoviário de Niterói e seu cheiro de urina que vaza as paredes; os corpos que se esfregam suados, seminus e purpurinados nas Paradas do Orgulho LGBT; as escadas, corredores e carteiras e toda sua concretude fria, cinza e dura da escola; uma cela ou um camburão da década de 1970 e o aperto no peito, na pele, no ânus; enfim, são muitas as cenas a que podemos ser conduzidos pelas histórias.

PARA CONTAR TRAVESSIAS E INSURGÊNCIAS

Capítulo III

*Aqui a garganta, do outro lado, o riso,
leve, logo abafado.
Aqui o coração pesado, ali o Não Morrer Demais,
três pequenas palavras que são as três plumas de um vôo.*

Números

O dia estava corrido na instituição. As profissionais corriam atrás de cada minuto. Muitos relatórios atrasados para serem entregues. Os profissionais comiam em cima de seus computadores para dar conta do arroz e do feijão e dos números ao mesmo tempo. Sim, números.

Telefone, um usuário está desmarcando pela terceira vez seu atendimento, não tem dinheiro para ir até a instituição. A passagem de ônibus aumentou. É preciso contabilizar o tempo em que a advogada ficou no telefone conversando com o usuário, assim se deu o atendimento. É preciso produzir números. Começa-se, então, a contar como atendimento os contatos feitos por telefone. É preciso registrar o telefonema. Números!

O auxiliar administrativo bate na porta da sala dos técnicos para avisar que a advogada não assinou o ponto. Hoje, quando chegou, passou direto e correndo para o computador. Ela precisa assinar para entregar a folha de ponto, agora! Já!

O banco de dados, planilha onde se registra uma série de informações – como nome, número dos documentos de identidade, CPF, endereço, tipo de demanda, sexo, gênero, orientação sexual, telefone, procedimentos adotados, encaminhamentos – tem erros cometidos pelos profissionais. É preciso consertá-los, contabilizar os atendimentos de modo correto. Números!!

O coordenador chama para uma reunião relâmpago para falar sobre como preencher o banco de dados. Reunião agora! Já! É distribuída uma cartilha sobre o preenchimento com os termos corretos. Cada profissional receberá um anexo com especificidades sobre os dados que se referem às suas áreas. A política pública precisa produzir dados para continuar. Precisamos de números (!!!), eles justificam a continuação da política.

A reunião acaba e o arroz e feijão também. Mas o trabalho e a fome não. Tem atendimento marcado. A usuária atrasa. Ficou presa no trabalho justamente porque foi chamada na sala da sua supervisora para ser avisada de que não tem protocolo na empresa para que seu crachá venha com o nome social e nem mesmo se sabe que banheiro poderá usar, masculino ou feminino. Até lá, não faz xixi no trabalho. Para não dar vontade de fazer xixi melhor não beber água. Só trabalhe. Diante disso, seu caso será levado ao chefe geral da empresa. A usuária chega desesperada, com medo de perder o primeiro emprego que finalmente conseguiu, depois de incansáveis entrevistas em vão - mais de 90% das travestis trabalham como profissionais do sexo, a maioria por falta de oportunidade no mercado de trabalho, mesmo que tenham alta qualificação⁹. A advogada é avisada.

⁹ <http://economia.estadao.com.br/blogs/ecoando/transgenero-transexual-travesti-os-desafios-para-a-inclusao-do-grupo-no-mercado-de-trabalho/> acessado em 22/07/2017.

Dá tempo de beber água antes do atendimento. Usuária e advogada bebem água em um momento de respiro, para as duas, e seguem para a sala de atendimento. Depois, a advogada precisa registrar tudo. Não podemos esquecer os números!!!!

A psicóloga sai de um atendimento. É preciso registrar o atendimento, fazer o relatório e o encaminhamento. Depois, fazer um relatório de encaminhamento e registrá-lo. Fazer articulação de rede consiste em ligar para a instituição de destino, se apresentar e falar sobre o caso a ser encaminhado. E depois, registrar tudo. Números (!!!!). Aparentemente tarefa simples fazer um encaminhamento.

Eis que a psicóloga disca o número do telefone do posto de saúde que tem na agenda. É engano. Disca outro número que pegou na internet, ninguém atende. Busca por outros números (de telefone). Depois de ligar para uns cinco telefones diferentes que encontrou na internet, sem êxito, liga para outras instituições em busca de um telefone através do qual possa falar com o posto de saúde, pois os da internet estão todos inválidos. O mesmo posto de saúde para o qual ligou ano passado. Porém, atualmente conta com coordenação, equipe e telefone completamente novos. A rotatividade de profissionais nos serviços públicos provoca essa sensação de um eterno fazer rede. Já não se sabe como, mas finalmente conseguiu o número atual. Disca o número certo, o telefone toca do outro lado e alguém atende, no posto de saúde.

A psicóloga se apresenta, assim como no ano passado, para a mesma instituição, onde tinham outros profissionais e explica que é do Centro de Cidadania LGBT e pede para falar com a psicóloga de lá, pois quer encaminhar um caso. Enquanto aguarda, ouve, do outro lado da linha, a pessoa que a atendeu gritando que era da LBV (LBV é sigla da Legião da Boa Vontade) querendo encaminhar um caso. Quando retorna para o telefone, a psicóloga do Centro de Cidadania explica que é LGBT. Não é LBV.

Do outro lado da linha: “ah, tá, L, G... o que?”. A explicação continua: “Centro da Cidadania L-G-B-T: L de Lésbica, G de Gay, B de Bissexual e T de Travesti. LGBT!”. Do outro lado da linha: “ah... LGBT!” uma risada seguida da pergunta: “Mas porque deu esses exemplos, não podia dizer ‘L’ de outra coisa não, tipo lápis?” E a risada continuava. A psicóloga continua explicando que deu como exemplo, Lésbica, Gay, Bissexual e Travesti para a sigla LGBT porque era uma sigla que significava isso mesmo. Era esse o significado das letras LGBT. A risada cessou.

Tratava-se do encaminhamento de um homem transexual. Explicou brevemente o caso referindo-se a ele no masculino. A psicóloga do posto de saúde, após ouvir a psicóloga do Centro de Cidadania, comentou que ela falava no masculino com muita facilidade, mas ela não sabia se ia conseguir chamar “ela” de “ele”.

Então, a psicóloga do Centro de Cidadania LGBT aborda, rapidamente, com a psicóloga do posto que é preciso chamar “ele” de “ele”, no masculino, pois ele se identificava assim, e era importante que ela entendesse esse ponto para que o encaminhamento fosse realizado. Tenta desconstruir minimamente alguma coisa, aborda a temática de gênero e diversidade com ela. Acolhe as dúvidas da psicóloga do posto: “Pode me explicar melhor o que é esse Centro LGBT? É uma ONG?”.

Já tinha sido dito que não era ONG, mas era necessário falar novamente. Após ouvir, pela segunda vez, a explicação sobre o caráter público e governamental da instituição - o Centro de Cidadania LGBT - , a psicóloga do posto quer entender quais são os serviços oferecidos. Porque ela queria saber melhor sobre o assunto.

Repetição, parece que algumas coisas precisam de muitas repetições para serem assimiladas. Não era possível ouvir o LGBT, e que era uma instituição da rede pública de serviços, etc. Os equívocos e desentendimentos passavam pela impossibilidade de se ouvir sobre essas vidas em outros lugares que não os das notícias de jornais sobre suas mortes. Parece que produzimos ouvidos surdos ao entendimento de um equipamento do Estado voltado para o atendimento à população LGBT. Essas vidas no lugar de vidas que são inteligíveis e passíveis de luto, o que justifica um serviço que lhes atenda em suas especificidades, significa desmontar os enquadramentos, perceber as molduras que as tornavam vidas ininteligíveis e dizer que elas importam.

Após serem explicados alguns funcionamentos do Centro de Cidadania LGBT, “brevemente”, atravessando minutos que se transformavam em horas, então, a psicóloga do posto conta seu drama pessoal. Ela conta que tem um sobrinho que sempre foi afeminado, a família já sabia que ele era gay. Mas agora: “ele tá com essa coisa de ser mulher, será que foi porque os pais se separaram? Por causa da família desestruturada?”. Ela fazia essa pergunta justificando que aceitava o sobrinho, que não era preconceituosa. E finalmente depois de sanadas todas as dúvidas e questões - será? - elas desligam. O telefonema dura cerca de uma hora (!).

Finalmente o encaminhamento foi feito, sem qualquer garantia de que “ele” será tratado por “ele”. É preciso registrar, criar números (!!!!!). Quantos números foram criados nesse telefonema? O que era um simples encaminhamento se transformou quase em uma palestra. Agora não se contabiliza mais por atendimento/telefonema feito, mas sim por demandas suscitadas ao longo dos atendimentos, seja telefônico ou presencial. Quantas demandas foram criadas nesse telefonema?

Pausa! Entenderam? O registro agora é feito por quantas demandas surgem durante o atendimento. Mas como separar demandas? Nesse telefonema, por exemplo, poderíamos separar como demandas: 1) o encaminhamento do caso, 2) o acolhimento da profissional do outro lado da

linha, 3) a explicação do que é o Centro de Cidadania, 4) etc. Confuso mesmo, mas precisamos gerar números. Enfim, não há tempo para as dúvidas, vamos às certezas! É preciso registrar tudo, com muita precisão e quantidade. E-mail também é contabilizado. Contabiliza tudo! A política é feita de números (!!!!!!!).

O dia segue atarefado. A psicóloga termina de registrar o telefonema e vai receber um grupo de estudantes de medicina. Antes de começar a conversa, distribui uma ficha para ser preenchida por cada aluna/o com uma série de dados, entre eles orientação sexual, gênero e identidade.

Uma aluna fica paralisada durante alguns segundos diante da ficha, quando finalmente, parece despertar, e pergunta sobre a ficha. Diz que nunca pensou sobre isso. Nunca ninguém, em lugar nenhum, deu como opção para ela no quesito gênero o campo “outros”. Ela nunca havia sido interpelada por uma ficha cadastral de uma instituição, ou por qualquer outra coisa, com tantas opções sobre sua sexualidade e gênero. Pediu para tirar uma foto, queria mostrar para suas amigas, familiares, para o mundo! Existem outras possibilidades de se viver gênero e sexualidade, e elas tinham acabado de se apresentar para a estudante, por uma ficha de cadastro institucional. Estava totalmente tomada por aquela ficha com tantas opções, e atrapalhada também, seu rosto expressava surpresa: 1) Orientação sexual: () homossexual, () bissexual, () heterossexual, () outros _____, 2) gênero: () feminino, () masculino, () gênero não binário, () outros _____, () cisgênero, () transgênero () intersex, 3) identidade: () lésbica, () gay, () bissexual, () travesti, () transexual, () outros _____. O assunto da ficha se estendeu, e ali o encontro com as/os estudantes de medicina – e os trânsitos – já se iniciara.

A assistente social se arruma para visitar uma instituição que pediu uma intervenção-atividade com a equipe para abordar a temática da diversidade sexual e de gênero. São profissionais com mais de vinte anos de carreira e não estavam sabendo lidar com algumas situações. Era uma instituição de educação para surdos. Muitas vezes esses profissionais, psicólogos, psiquiatras, fonoaudiólogos, entre outros, eram os únicos com quem os surdos conversavam. De modo que, se não obtivessem informações, orientações e acolhimento a partir desses profissionais, não teriam de outros.

Chegando na instituição de educação para surdos, a assistente social se apresenta, apresenta o Centro de Cidadania e aborda a temática da diversidade sexual e de gênero com os profissionais. Faz uma dinâmica em que os participantes teriam que dizer o que pensam de frases sorteadas em uma sacola de pano. A frase escrita no papel escolhido foi: “pais homossexuais podem criar seus filhos assim como pais heterossexuais”.

O fonoaudiólogo resmunga e diz que não concorda. Que uma criança precisa da figura materna e paterna, e que nada substitui um pai e uma mãe, cita Freud e tudo. Passam-se três horas e são usados vários recursos para abordar tal questão: slide, desenho animado, dinâmica de grupo, conversa. Transitar ali era difícil, como uma areia movediça parecia que, quanto mais mexia no assunto, mais ele afundava em certezas e rigidez. Como abordar o assunto da diversidade sexual com quem já tem todas as suas concepções fechadas? Como produzir brechas?

A assistente social foi então se conectando com os profissionais a partir de suas dúvidas. Produzir perguntas para que o ar pudesse circular. No final da atividade o fonoaudiólogo foi cumprimentar a assistente social e agradeceu por ela ter tido paciência com ele, que aquilo tudo era muito novo. Mas que ele saía dali tendo aprendido que homossexualismo não existia, era homossexualidade. E que não era doença. Era o máximo que ele podia fazer a partir daquele encontro. As outras profissionais não colocaram seus pensamentos em voz alta, talvez tenham permanecido com suas certezas guardadas em um silêncio que as protegia. Será?

A Assistente social também aprendeu algo, curiosa por aquela língua de sinais, pediu para que lhe ensinassem alguns sinais em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). E ela sai de lá sabendo os sinais de pênis, vagina, gay, lésbica. camisinha. Tentamos escapar, mas falar de gênero e sexualidade acaba sempre esbarrando em órgãos genitais e identidades, seja em que língua for.

O dia acaba. Final de expediente. Tudo registrado, ponto assinado, banco de dados recheado de informações, demandas contabilizadas. Números produzidos!(!!!!!!!!!!!!!!). Será que a política continua?

O Programa Rio Sem Homofobia desde o início esteve exposto às ameaças quanto a sua continuação. Essa ameaça, a princípio, está relacionada ao fato de ser um Programa de governo, e não do Estado. E, portanto, dependendo de acordos e convênios, que duravam, geralmente, cerca de um ano, a ser renovado. Os Centros de Cidadania LGBT encerraram suas atividades no dia 08 de janeiro de 2016 com o desligamento de todos os profissionais que compunham as equipes. Tal desmonte já vinha sendo desenhado com constantes atrasos dos salários desde janeiro de 2015. Com a nomeação do novo secretário da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, conhecido como “Pastor” e com declarações públicas a favor de algo que ele denomina “cura gay”, os Centros de Cidadania LGBT fecham suas portas, de uma hora para outra, sem qualquer tipo de encerramento formal e tempo para comunicação com os usuários e usuárias do serviço. As portas fecharam, mas as histórias seguem pedindo para serem contadas. Elas importam.

Mas, se a política do Estado é feita de números, a política na qual apostamos aqui é feita de encontro. Os números permaneceram lá, no papel. Os encontros não, eles estão na vida. Em maio de

2016, as portas dos Centros se abrem novamente. No abrir e fechar de portas, a gestão do Programa mudou.

Assim como as vidas que circulavam por ali, a precariedade do serviço fica evidente. Serviços precários para vidas precárias (BUTLER, 2016), com profissionais em condições precárias de trabalho. A cena é constituída por diferentes entendimentos do que é precariedade, e todos eles nos dizem de produções de desigualdades. Os números não foram suficientes e nunca serão. Mas ninguém está de luto (BUTLER, 2016). Se todas as vidas são precárias, algumas são expostas de forma desigual às condições de violência. Algumas vidas precisam ser mais protegidas que outras e, por isso, permanecemos todos ameaçados, no tempo do agora, já! Nunca se sabe quando virá a próxima punhalada.

Os números não cessam de crescer. Em 2017, segundo os dados da Associação Nacional De Travestis (ANTRA), cento e setenta e nove pessoas trans foram assassinadas, a maioria com sinais de tortura. Algumas dessas mortes filmadas e exibidas na internet. Os próprios movimentos LGBT reproduzem os vídeos: na tentativa de dizer que essas vidas importam, reproduzem os socos e chutes. As travestis apanham novamente a cada vez que alguém dá *play* em um vídeo desses. E continuarão a apanhar, assim como nós todos, enquanto os diferentes estiverem condenados à morte.

Os números do banco de dados crescem, o número de mortos também. O que matou os mortos continua ameaçando os vivos. Todas as vidas estão no pior dos riscos: o de não poder ser.

Não se sabe se os usuários precisam, de fato, desta política de números. Mas esta política de números, com certeza, precisa dos usuários.

Ninguém está de luto, o dia está corrido, os números se multiplicam, as histórias pedem para serem contadas.

Vestido

“É curioso como não sei dizer quem sou. Quer dizer, sei-lo bem, mas não posso dizer. Sobretudo tenho medo de dizer, porque no momento em que tento falar não só não exprimo o que sinto como o que sinto se transforma lentamente no que eu digo. Sinto quem sou e a impressão está alojada na parte alta do cérebro, nos lábios – na língua principalmente -, na superfície dos braços e também correndo

por dentro, bem dentro do meu corpo, mas onde, onde mesmo, eu não sei dizer.” (LISPECTOR, 1988, p.21)

O sol ainda não nasceu. O despertador toca. Ela rapidamente expulsa a preguiça do corpo. Este mesmo corpo que passou a noite se revirando na cama. Seu coração estava um pouco acelerado e o estômago, mais ácido que o comum. Levanta, e arruma a cama com seus lençóis amarelados pelo tempo. Vai até a cozinha, mal pode comer alguma coisa. Faz café, toma-o com açúcar. O banho é morno. Ao passar o sabonete no corpo e lavar seus órgãos genitais experimenta um misto de sensações. Seu pênis lhe incomoda, não faz parte da mulher que ela é. Ela soube de um Centro de Cidadania LGBT no Rio de Janeiro, e é para lá que ela está indo. Enxuga-se no quarto, passando rapidamente os olhos pelo espelho. Diante do espelho se pergunta se é ela quem olha para a imagem ou se é a imagem que olha para ela. De todo modo, ela e imagem não se reconhecem, estranhas a si mesmas se observam cabreiras, ressentidas, indagadoras. Veste sua calça jeans, uma blusa larga e tênis. Guarda na mochila seu vestido justo e estampado, que comprou dizendo que era para a namorada. Mas é mentira, não tem namorada nenhuma. São tantas mentiras. Ela está cansada, exausta de ter que fingir ser quem ela não é. E quem ela é? Talvez ela ainda esteja por se inventar. Será a primeira vez que usará roupas femininas na frente de uma testemunha que não o espelho, aquele inconveniente de olhos cruéis.

Ela quer buscar a si mesma. Mas essa busca não pode ser atrás de uma origem, como quem se resgata intacta de um passado. Ao contrário, é neste passado lembrado a partir desse presente que ela se desenha com as tintas do agora. No espelho, reescreve sua história, abrindo brechas para novas memórias de si, novos sentidos de ser, maneiras inéditas de existir. Para além de se conciliar com a imagem de um espelho remoto, ela precisa inventar essa imagem.

Neste dia em especial, irrompe o passado deixando nele suas marcas de agora, um passado que a aguarda ansiosamente nas próximas horas. Deixa o silêncio da casa, apenas interrompido pelos roncões da avó que ainda dorme, fecha o portão de ferro e segue rumo ao ponto da van (o ônibus só começa a passar às sete horas da manhã). O transporte alternativo surge na rua deserta junto com os primeiros raios de sol do dia. O amanhecer está úmido e gelado, quando o sereno ainda se assenta nas ruas, carros e casas. Ela sobe na van rumo à rodoviária de Conservatória, município do interior do Rio de Janeiro. Lá, pegará um ônibus para a Central do Brasil.

No ônibus, cochila, ainda não muito relaxada. Imagina o que irá acontecer nas próximas horas. A pergunta que a rondava desde que marcou atendimento continuava martelando em sua cabeça: quem ela iria encontrar do outro lado da mesa na sala de atendimento? A pergunta ronda a todos nós: “No início, eu *sou minha relação contigo*, ambigualmente interpelada e interpelante,

entregue a um “tu” sem o qual não posso existir e do qual dependo para sobreviver”. (BUTLER, 2015, p.106, grifos da autora). As perguntas seguiam. Será bem tratada? Será chamada pelo feminino? Quanto tempo demoraria para conseguir tudo que desejava? Quanto tempo suportaria esperar? As perguntas iam girando em sua cabeça enquanto a paisagem ia se urbanizando, o mato, as casas de tijolo, o chão de terra, iam ficando para trás. As rodovias iam inchando de carros, ônibus e motos. As bicicletas de beira de estrada iam ficando cada vez mais raras, as tendas que vendem banana, caqui, estátuas de barro, iam se transformando em lojas de grandes marcas, comércio urbano, padarias, farmácias, redes de *fast food*, viadutos, tráfego intenso. Até chegar, finalmente, ao Rio de Janeiro, Central do Brasil.

Ao se aproximar, devagar, da portaria, nossa personagem observa, de longe, a cena de uma - outra - travesti, passando por uma situação de conflito: ela fala alto com a recepcionista, resmunga que era um absurdo não poder subir de chinelo e bermuda e que ela nem queria usar essas roupas, preferia estar de saia e sandália. Questiona o porquê de não poder subir de chinelo e bermuda, se era a única roupa que ela tinha para vestir. A recepcionista responde se dirigindo a ela no masculino que eram ordens. A travesti retruca alto que ela não era homem, era mulher, era travesti, pergunta onde estavam os direitos humanos. Pede para a recepcionista ligar lá para a assistente social do sétimo andar que ela ia explicar tudo, porque parecia que não a estavam ouvindo. Os seguranças, com postura hostil, sobrancelhas, peitos e músculos a postos, rodeiam a cena.

A recepcionista desliga o telefone e confirma que a assistente social já estava descendo com uma calça e um tênis. E assim aconteceu. Ela vestiu por cima de sua roupa mesmo, na frente de todas as pessoas, conforme orientou a assistente social constrangida. As roupas dizem muito de muita coisa, há regras de que roupas usar se você for homem, se for mulher, e para entrar e subir no prédio de segurança pública. Essa cena se repetia: várias pessoas que se apresentaram na portaria do prédio de segurança pública, foram barradas por causa das roupas. O prédio proíbe a entrada de pessoas de bermuda e chinelo.

As roupas são fronteiras, controlam idas e vindas. Agora, já com as roupas “ingresso” para adentrar o prédio, a assistente social e a moça de calça jeans e tênis subiram os elevadores rumo ao sétimo andar.

Ela assistiu a toda a cena com um nó na garganta. E se estivesse de bermuda? Por um milésimo de segundo cogitou desistir e voltar para casa, mas, aliviada por estar de calça e tênis, seguiu. E agora, com a recepção voltando a sua quietude, exceto pelos comentários e olhares dos seguranças que permaneceram por ali, ela se aproxima da recepcionista informando que iria para o

sétimo andar, para o Centro de Cidadania - LGBT. A recepcionista pede a identidade e lhe indica o caminho.

Ela se reconhecia na travesti que passava minutos antes por uma situação de constrangimento. Ela ficava constrangida e aliviada ao mesmo tempo. Sabia-se na outra. Encontrava-se na outra. Algo inédito se inaugura no encontro com o outro. Produz-se a partir desse encontro. Ela também era travesti. Queria ter defendido a outra travesti. Mas ainda não estava se sentindo forte o suficiente para defendê-la. Defender a travesti, seria defender algo que dizia diretamente da sua experiência que também pede para ser reconhecida e legitimada.

Ela observa as catracas eletrônicas na portaria do prédio, os seguranças, as recepcionistas, o chão com seu mármore desgastado, as paredes altas também de mármore, os elevadores antigos. Aquela arquitetura dava arrepios, como se a proibição de subir de bermuda e chinelo no prédio viessem das próprias paredes duras, geladas, com uma personalidade de antigamente - os dias atuais estão cheios delas.

Ao chegar ao sétimo andar, ela pensa estar sendo vigiada, não sabe exatamente se pelas janelas de ferro, cheias de vidros quebrados, não sabe se pela madeira que range e estala sozinha, ou pelo ar que cheira a século passado, tinha algo de fantasmagórico entranhado no ambiente.

No sétimo andar, tinha um homem que ficava na porta do corredor como uma espécie de porteiro ou segurança do andar, indicando as salas e fazendo uma diversidade de atividades, desde levar materiais de uma sala para outra, até arrumar as cartilhas postas sobre a sua mesa. Ele lhe mostra a sala que ela procura. As fronteiras são sempre tão vigiadas. Ela se pergunta quantas portas com seguranças ainda teria que atravessar para ter seu atendimento.

Entra e se senta num sofá vermelho de couro brilhante e almofadas de zebra. Nas paredes de madeiras escuras, cartazes de campanhas passadas, colados com fita adesiva. Campanhas contra a homofobia, com imagens de casais homossexuais masculinos e femininos, imagens de travestis andando juntas em uma calçada de pedras portuguesas, frases sobre direitos e cidadania. Uma estante de dois metros de altura apresenta pilhas de cartilhas do Programa Rio Sem Homofobia, e ao lado, um bebedouro.

Ela aguarda ser chamada pela assistente social e advogada, que realizarão o atendimento em conjunto. Enquanto isso, imagina como foi possível o Estado do Rio de Janeiro instituir uma política pública para pessoas LGBT. Imagina que encontrou um lugar onde finalmente pode ser ouvida. E se pergunta até onde poderia ou saberia falar: “o relato que dou de mim mesma no discurso nunca expressa ou carrega totalmente esse si-mesmo vivente.” (BUTLER, 2015, p 51).

Teria que falar algo de si? Saberria explicar algo de si? Pelo menos não marcaram encontro com a psicóloga. Tinha pavor de ter que encontrar a psicóloga. Vai que a Psicóloga faz perguntas sobre uma continuidade que ela não saberia dar, uma narrativa contendo um sujeito interior linear. Seria uma decepção para a psicóloga e isso seria o fim dos seus sonhos. Esses sonhos ainda esboçados em imagens soltas, com linhas finas e falhas. Ainda bem que a Psicologia com toda sua explicação do sujeito e seu psiquismo estruturado estava longe dali. Mas, de qualquer jeito, na dúvida já tinha ensaiado todo um discurso coerente e linear sobre sua experiência do gênero feminino. Era preciso ensaiar muito para não deixar escapar nada ao olho da Psicologia que tudo vê por dentro dela. Melhor não arriscar. O discurso ensaiado era sobre se sentir uma menina desde que era muito pequena, sempre quis vestir vestidos e brincar de boneca. Isso não era verdade, mas funcionava nos serviços do processo transexualizador. Ela tinha essa dica das travestis que conheceu na internet e que fizeram o processo transexualizador. Esse era o discurso para o psiquiatra e para a psicóloga.

Enfim, parecia que ali não precisava deste discurso pronto, estava em um lugar feito para ela e, após completar esse pensamento, lembrou-se da cena na portaria de outra travesti sendo barrada por causa da bermuda e dos chinelos. Ora entendia as formalidades do Estado, ora pensava que o Estado precisa se adequar as condições da população que atende, pois tem gente que nem sapato tem. Seus pensamentos corriam tão velozes que nem percebeu os tantos minutos que se passaram até dar a hora do seu atendimento.

Duas profissionais abrem a porta da sala de espera, a convidam pra entrar na sala, oferecem água, e começam a conversa sobre o que a levava ali. Ela conta sobre seu desejo de fazer a cirurgia de redesignação sexual, sobre o desejo de futuramente ter o seu nome feminino na carteira de identidade, e depois de um longo silêncio, abaixa os olhos, coloca a mochila em cima da mesa, abre e tira de dentro seu vestido, dizendo que tinha um sonho de vesti-lo.

As profissionais indicam, então, o banheiro, para que ela possa se trocar. Ao se encaminhar para o banheiro, não encontra as indicações se era feminino ou masculino. Fica alguns segundos em frente à porta até que sai um homem de dentro do banheiro enquanto uma mulher entra. Fica mais confusa, pergunta se era banheiro feminino ou masculino, ao que respondem que era misto. Entra, então, no seu primeiro banheiro misto em um prédio público. O banheiro misto seria uma ponte para seus trânsitos, facilitaria a troca de roupas masculinas para as femininas. Dentro da cabine sobe o vestido pelas pernas recém depiladas, ajeita no quadril e termina com a alça nos ombros. Sai da cabine e fica alguns minutos se admirando no espelho. Pela primeira vez se expunha com seu vestido estampado. Ela desfila, voltando para a sala de atendimento com seu vestido estampado e

justo no corpo. O vestido lhe caía bem. Envolvia suas curvas, seus músculos, deixava aparecer sua pele.

Ela sorria, comentando sobre o banheiro misto com a assistente social e a advogada. Exibia-se para as profissionais, seus olhares a interpelavam. Por um segundo as palavras foram desnecessárias, tudo já estava sendo dito. Um mundo nasceu ali. Ela já era outra. As profissionais também. Era outra a partir desse presente. E dali podia recontar seu passado, outras histórias incompletas, incoerentes, impossíveis se contavam. Num mundo onde homem não usa vestido, ela se inventava travesti recolhendo restos das outras travestis, retalhos com que ia se vestindo.

A cena se repetia. Quantas vezes ela não acordou antes do sol, pegou o transporte alternativo, viajou horas, atravessou as pedras portuguesas e os transeuntes da Central do Brasil, portarias e identidades, elevadores e seguranças, para vestir o seu vestido e receber olhares?

Ela ficava a manhã toda lá. Seguia direto para o restaurante popular almoçar e voltava para sua casa em Conservatória. Era o ritual do vestido.

De vez em quando lembra, e a cada vez que lembra outra história se conta, de quando soube pela primeira vez que era travesti. Até então as coisas que sentia não tinham nome, forma, identidade. Mas, ao ouvir o relato de uma travesti sobre o que era ser isso, ela soube “eu sou isso! Eu sou travesti”. Era como se tivessem pegado os sentimentos dela e colocado em palavras que esperavam para serem ditas, arrancadas de dentro dela, mas era na boca da outra que aquelas palavras ganhavam voz. “A interpelação é o que define o relato que se faz de si mesmo” (BUTLER, 2015, p 51).

Dizer de si, dar conta de si mesma. Quem pode dizer de si? A heterossexualidade com seu discurso linear, parece estremece diante das sexualidades desviantes. As pessoas em que o sexo biológico coincide com o gênero atribuído a ele - vagina/mulher, penis/homem - parecem intactos em seus lugares, até que as travestis apareçam e coloquem esses lugares em perigo.

As teorias essencialistas da Psicologia buscam respostas no interior do vestido, reviram o vestido do avesso, querendo encontrar as causas primeiras da travesti, do homossexual, da lésbica, do louco, da infância, de todos nós no interior do vestido. Tentam penetrar o vestido fabricando interiores. Como se todos fossemos um vestido recheado de conteúdo. Mas o vestido é aquele pedaço de pano, superfície flexível, que se dobra dentro da mochila e aguarda para ser vestido diante dos olhos do outro, no encontro. É ali que vestido cria vida, em sua superfície de tecido. Dali se fiam sentidos, histórias, mundos. Antes o vestido não existe num formato único, com contornos intactos, nem a travesti.

Por isso se faz urgente inventar uma Psicologia crítica de seus lugares de saber/poder, questionando teorias que ratificam as verdades sobre os corpos. Há que se afirmar uma Psicologia que dispensa os discursos prontos, as histórias lineares, para não correr o risco de, ao virar e revirar o vestido, transformá-lo em camisa de força.

* * *

A foto de Natal

A família se reunia por tradição todos os Natais na casa da matriarca. Apesar de poucos recursos financeiros, era garantido o farto banquete com tender, peru, farofa, pavê, bacalhau à espanhola e tantas outras guloseimas feitas pelas habilidosas mãos da matriarca.

Os Natais eram divididos assim: as mulheres ajudavam na cozinha, os homens proviam as bebidas. As mulheres davam banho nas crianças e depois se arrumavam. Brincos longos, sandálias de salto alto, roupas com diferentes cortes, tecidos e cores – certamente compraram uma roupa nova, especialmente para este Natal. Já os homens, vestiam a bermuda e blusa pólo de sempre. Enquanto as mulheres cuidavam das crianças, eles bebiam suas cervejas e falavam de futebol. “Aquele jogador é um “viadinho”, tinha que dar umas porradas nele, ensinar a ser homem” repetia Maurício, às gargalhadas, exibindo seus dentes obturados com placas de metal. Gabi, já na turma dos adolescentes, comenta com as primas que tem uma amiga que é “sapatão”. Todas riem e fazem cara de nojo.

A família se reunia em torno da mesa. Meia noite, enquanto a televisão exibe a missa do galo na sala e toca Zeca Pagodinho no quintal, a família se abraça, alguns se emocionam, e todos se arrumam para tirar a tradicional foto de Natal.

Todas as pessoas da família estão se organizando para a foto. “Marcos, chega para o lado, você está me tampando”, “Chama a Gabi!”. Sempre é o membro que mais recentemente entrou na família que bate a foto. Esse novo membro geralmente é uma nora ou um genro recente. “Júlio, você pode tirar a foto? A máquina está ali em cima da mesa”. Mas dessa vez Pedrinho faz questão de tirar a foto “Eu tiro a foto, vai pra lá, Júlio!”. Pedrinho é o neto número quatro dentre treze netos. A confusão sobre quem vai tirar a foto faz os debochados rirem. “Pedro, você não vai sair na foto?”, “Deixa ele tirar a foto, Andréia! Adolescente é assim mesmo”. Depois de risos, deboches, etc., finalmente estão todos preparados para a tão famosa foto de Natal. “Digam xis”. Todos posicionados, Pedrinho segura a câmera e diz “Sou gay!” e bate a foto.

No Programa Rio Sem Homofobia grande parte dos casos envolvia violência no âmbito das relações familiares. As ameaças e assédios vinham à tona, por vezes, vestidos de falas em nome da proteção, do bem, da moral, do certo, da imagem, da idealização de um modelo do que é família. Pais, mães, avós, tios e tias, filhos e filhas, primos e primas, irmãos, relações que se rompiam violentamente. Muitas vezes, em nome justamente da família testemunhávamos cotidianamente esses vínculos se desmancharem brusca e repentinamente.

Sobre a família, Hannah Arendt nos traz reflexões pertinentes: “a família ganha sua importância inquestionável porque o mundo está assim organizado, porque nele não há nenhum abrigo para o indivíduo” (ARENDR, 2002, p.6). Ao dizer isso Arendt quer provocar o caráter que a família ganha, neste caso, oposto ao que ela considera a *coisa* política. A *coisa* política para Arendt acontece na convivência da diferença absoluta dos homens, é algo que se faz o tempo todo, política enquanto ação e não uma burocracia que apazigua os conflitos.

A família introduz, ainda segundo Arendt, a concepção de parentesco, o que garantiria proteção e abrigo aos parentes num mundo ameaçador e perigoso. Mas isso nos diz, na verdade, sobre a produção desse mundo ameaçador, ou seja, a produção de uma lógica social em que não cabem as diferenças. E daí surge a necessidade desses castelos sólidos chamados de família. Nessa forma de organização política dos corpos se extingue uma maneira de acontecer a *coisa* política que, para Arendt, implicaria fazer, portanto, conviver a diferença absoluta dos homens, criar um comum nesse “entre” os homens a partir justamente do diferente.

Trago essa concepção de Arendt para propor o entendimento de que os conflitos no âmbito das relações familiares, tendo como disparador a temática da diversidade sexual e de gênero, nos faz pensar sobre como podemos levar ao extremo a concepção de parentesco, a partir da extinção de qualquer possibilidade da convivência com a diferença. Ou seja, nossa forma de se organizar é de tal modo que temos a necessidade da família enquanto local dos corpos semelhantes. Quando um parente se diferencia ele deixa de ser considerado um parente, e se torna parte desse mundo ameaçador. Qualquer diferença coloca em risco o castelo protegido, e para que ele se mantenha em sua fortaleza, exclui-se o indivíduo que o ameaça. Agora é preciso proteger a família até mesmo dos “falsos parentes”. Dito de outro modo é preciso em última instância proteger “A” família, enquanto um modelo, excluindo toda e qualquer diferença.

Fotos de Natal rasgadas, vínculos rompidos. Em nome de uma imagem congelada de família crianças e adolescentes se veem ameaçados diante de seus pais, sem poderem dizer de si, ou experimentarem uma sexualidade livre das molduras que aprisionam seus corpos. Ameaçados pela foto de Natal, crianças e adolescentes enfrentam por vezes um silêncio imposto às suas histórias.

Em nome da família, esse castelo protegido, vidas se apagam e se tornam inteligíveis. Mas elas deixam rastros, elas sussurram. Atentemos os ouvidos... as histórias estão por aí.

M.

O subúrbio carioca tem lá seu charme. Distante dos cartões postais e dos enfeites para turista ver, ele guarda em suas esquinas vazias silêncios de um povo cujo nome não aparece nas placas que dão nome às ruas da cidade. Essas placas estão cheias de coronéis, marechais, Estado e abandono. É lá, nos hiatos e ruídos do subúrbio, onde encontramos os camelôs na beira da linha férrea, e nas praças esquecidas durante a semana, nas ruas com casinhas baixas, em que se vê o céu largo, nos cantos em que se deposita o descaso do poder público, que nós vamos encontrar nossa próxima história.

É uma casa simples, as paredes pintadas de verde claro. A parte da frente ainda cor de cimento. Arrastando as mãos no muro ainda de cimento M chega correndo da escola, larga a mochila no chão da sala e vai direto se deliciar com os quitutes preparados por sua mãe. Enquanto M come, gosta de observar a mãe, suas pernas grossas, e a pele seca do seu calcanhar que chegava a rachar. E gosta das saias de sua mãe, até os joelhos, rodadas, estampadas ou com bolinhas, feitas de tecidos moles. Ao acabar de comer segue a mãe de um lado para o outro dentro de casa. Sua mãe ordena que faça o dever de casa e depois vá ajudar o pai nos seus afazeres, mas se fazendo de desentendido se deixa abandonar o corpo num canto da cozinha ou da sala, observando os movimentos da mãe.

Em um dia de inverno, o ar estava seco, o sol brilhava majestoso, escancarado, e o céu estava azul, sem nenhuma nuvem arranhando sua cor intacta, forte. Era um dia lindo, e M se inspirou para ir brincar. Sua mãe fazia o almoço, temperava o frango com alho e vinagre, não colocava cebola, porque seu marido não gostava. Nada levava cebola naquela casa. O pai estava fora. Ele é uma liderança religiosa da região. É um homem sério. Falava pouco dentro de casa. Era bastante procurado pela comunidade religiosa para resolver assuntos de todo tipo.

Neste dia M brincava em casa e, em sua brincadeira cabia vestir vestidos da mãe, sapatos de salto alto, colares e até brincos conseguia pendurar nas orelhas, mesmo sem os furos. Pegava um lenço da mãe e girava como quem faz o lenço dançar em rodopios. M e lenço dançavam com tamanha leveza, que pareciam imunes aos efeitos da gravidade, como se estivessem na lua, em uma nave espacial ou em outra atmosfera. O sorriso de M se alargava em sobressaltos de gargalhadas

com seu lenço bailarino. Era uma cena gostosa, como aquele calor do sol e o cheiro dos temperos da mãe. M se olhava no espelho como quem monta um quebra cabeça, observando os detalhes, atento, brincando de formar imagens.

De repente, como se toda a gravidade pesasse de uma só vez em seu pescoço, sente um tapa do pai. Entre arranhões, puxões e xingamentos sente o pai arrancando de seu corpo os brincos, os sapatos de salto alto, colares, carinho, respeito, enfim, se vê quase nu, órfão. O que está acontecendo? É a pergunta que engole com o choro. Não entende o que fez de errado. Sabe que seu pai está muito chateado e que tem a ver com sua brincadeira. A instituição família estremece diante do lenço flutuante, dos brincos, dos saltos altos. De algum modo aquela cena coloca algo em risco. O que está em risco? Quem está em risco? O sorriso, a brincadeira, foi tudo interrompido. São tantos socos e chutes que o Conselho Tutelar é acionado, e daí por diante essa interrupção das brincadeiras parecia não ter fim.

M vem de uma família de classe pobre, envolvida nas atividades religiosas da comunidade em que vive. M tem vontade de usar as roupas da irmã, batom da mãe, esmalte nas unhas, e se interessa afetiva e sexualmente por homens. Por isso, sofre agressões do pai. Como resposta, M quer matar a família e fugir. Nesse contexto, todos da família começam a circular por uma seqüência de instituições, a começar pelo Conselho Tutelar, seguindo para o Centro de Cidadania, depois Casa de Passagem, sempre frequentando a Escola, e em algum momento vai ao CAPSI.

Essa é uma breve história de uma pessoa adolescente cujo nome ainda está em construção, mas para nos referirmos a essa pessoa, chamaremos de M, nem masculino, nem feminino, os pronomes hesitam frente ao nome em transição. Muito jovem no tempo dos ponteiros dos relógios e dos calendários, seu corpo (pequeno, inclusive) já possui tantas marcas que historiadores, cientistas sociais, psicólogos, psiquiatras se debruçariam demoradamente sobre essas marcas, instrumentalizados com suas lupas, luzes e bisturis, e ainda assim permaneceriam na escuridão. O convite que faço é tomar essas marcas como pistas para pensarmos os trânsitos que ainda são necessários e urgentes para que possamos finalmente afirmar a vida em todos nós.

“O que está acontecendo?”, é a pergunta que permeia as equipes na maratona de instituições que acompanham M. Assim se dará a seqüência das cenas desse pequeno recorte da vida dessa personagem. Conselho Tutelar, Centro de Cidadania LGBT – Leste, Casa de Passagem, Escola, CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial Infantil): M está na porta de todas elas, nem dentro nem fora, na fronteira, negociando sua permanência e sua saída. Será expulso de casa? Conseguirá permanecer com sua família, na escola? Seus trânsitos esbarram o tempo todo no efeito dos dispositivos dos gêneros enquanto um massacre ou genocídio (BUTLER, 2016). Tais trânsitos nos

dão pistas de uma incapacidade estrutural das instituições em se flexibilizarem diante das diferenças. Os próximos passos de M são desconhecidos, escapam desse recorte. Mas esse recorte é privilegiado, pois nos dá uma noção de como demarcamos as fronteiras, como são desenhadas as linhas do que está dentro e do que está fora.

A primeira instituição é o Conselho Tutelar que, após algumas reuniões com a família, aciona o Centro de Cidadania LGBT – Leste para acompanhamento interinstitucional. No Centro de Cidadania LGBT – Leste o caso é acolhido pela assistente social e a coordenadora. Durante a conversa dessas profissionais com M, tudo que elas ouvem é o seu silêncio. Agendam retorno. Porém, por motivos que ainda desconhecemos, e provavelmente nunca venhamos a conhecer, a família se afasta da instituição. São inúmeras tentativas de contato por telefone, sem resposta. Recados deixados com a irmã, sem retorno. Perdemos o contato com a família.

Passaram-se meses desde então e soubemos, através do Conselho Tutelar, que M agora está numa Casa de Passagem, instituição de acolhimento para crianças e adolescentes que por algum motivo não estão com suas famílias. No caso de M, um falatório institucional sobre os possíveis e diversos motivos deixa a todos surdos, e permanecemos com as peças do quebra cabeça sem encaixarem. Novamente o Centro de Cidadania LGBT – Leste é acionado pelo Conselho Tutelar para acompanhar o caso junto à Casa de Passagem.

É neste momento que eu conheço M pessoalmente pela primeira vez. Mas antes de falar deste encontro numa salinha de leitura da Casa de Passagem, vamos à reunião da equipe do Centro de Cidadania LGBT – Leste com a equipe da Casa de Passagem.

Eu e a assistente social pegamos um ônibus do Centro de Niterói, com nosso dinheiro – que nunca foi ressarcido – rumo à Casa de Passagem. Ao chegarmos lá, conversamos com membros da equipe e da coordenação. E as falas foram tecendo essa conversa: “então, nós ficamos preocupadas com a segurança dele, e por isso pedimos para que tirasse os esmaltes das unhas das mãos e dos pés, colocamos num quarto separado dos outros meninos, e as roupas, demos roupas masculinas. Porque nós somos responsáveis pela segurança dele aqui...”.

A tentativa de abordar com a equipe esses procedimentos requeria um trabalho de dar passos para trás, desconstruir olhares naturalizados. Afinal, do que se tratava essa proteção? Quem era protegido e do quê? Quem ameaça e quem é ameaçado? O que os meninos da Casa de Passagem falam sobre o assunto da masculinidade e da diversidade? Meninos que convivem com outros meninos em uma Casa de Passagem, todos expressando códigos ditos masculinos, não sofrem agressão ou abuso sexual ou qualquer outro conflito? O que garante a segurança desses meninos ali? O que está em jogo? O que está em trânsito?

Meu encontro com M foi intenso, porque ouvi sobre seus planos, seu nome feminino, seus movimentos. Mas M não coloca questão. Não sei o que diz, mas sei que escuto seu silêncio em sua fala. Permaneço com meus bisturis e lupas no escuro.

A Casa de Passagem, desobedecendo às regras do acolhimento institucional de crianças e adolescentes – em que é obrigatório o acompanhamento pelo Conselho Tutelar e Ministério Público do caso –, convence a mãe a levar M para casa. Que casa? Sob que condições? O que se passa nessa família? A família é a primeira instituição a violentar física e verbalmente M, conforme nos informa o Conselho Tutelar. O que querem de M? Permanecemos no escuro.

O caso é emblemático para a equipe do Centro de Cidadania, para refletirmos acerca da dificuldade das instituições em lidarem com M, seu escape aos padrões e as diversas violências que sofreu.

Decidimos acompanhar o caso e pensamos na escola como um espaço possível de acessá-lo. Novamente, é agendada visita para acompanhamento interinstitucional, dessa vez entre a escola e o Centro de Cidadania. Novamente, a assistente social e a psicóloga pegam um ônibus com seu dinheiro – que jamais será ressarcido – e vão até a escola conversar com a direção e equipe pedagógica sobre o caso e sobre diversidade sexual e de gênero.

Fomos recebidas por três profissionais que nos contam sobre a escola maravilhosa e livre de preconceito em que nos encontrávamos. Falam-nos sobre o bom rendimento escolar de M, e sua interação com os outros alunos e alunas. Após quase uma hora de conversa, pedimos para nos encontrar com M. Alguém nos conduz pelas ladeiras de concreto da escola. Tudo parecia de concreto cinza: o chão, as paredes, o teto, os degraus, o pátio, as salas, e entre um concreto e outro tinham grades, as de dentro verdes, as de fora azuis, um labirinto de concreto, grades, carteiras, uniformes. E finalmente chegamos até uma salinha, eu e a assistente social, para nos encontrarmos com M.

Silêncio, nós falávamos sem obter resposta. Nem mesmo com um balançar de cabeça. M não fala nada, mesmo depois de ouvir que estávamos ali para saber se estava tudo bem, que ficamos preocupadas com sua volta para a família e que queríamos lhe oferecer todo o suporte no que fosse necessário relacionado à sua sexualidade e expressão de gênero, pois sabíamos que em casa as coisas estavam difíceis. Mas M não abria a boca e permanecia em silêncio.

No fundo do olhar talvez tivesse alguma desconfiança, mas isso facilmente poderia ser apenas uma interpretação, já que M não falava nada nem com o olhar. Foi quando eu comecei a me sentir constrangida, e me perguntei o que estava eu fazendo ali com meus bisturis, lupas e luzes. M nunca saíra das sombras, e nós jamais teríamos acesso a M tentando forçar sua vinda para a luz.

“Muitos indivíduos conhecem, a sua maneira, um estado de aniquilamento em que sua vida ficou suspensa, neutralizada. E não vem pedir ajuda para serem objeto de um olhar atento que faça o inventário das suas necessidades e de seus disfuncionamentos, mas antes para fazer com que a sua vida exista na realidade que lhe é própria. E isto a partir de um patamar em que as marcas da ruína resistem à narração e conservam a sua acuidade fora de todo sentido, de maneira insana.” (VILELA, 2010 p.11)

Para acessar M, teríamos que nos disponibilizar a adentrar seus silêncios, que não eram tão distantes dos nossos. Talvez aí nos encontrássemos. M, ao viver seus trânsitos e silêncios, não guardava um mistério sobre o qual teríamos que nos debruçar e descobrir. Ou seja, não há algo para ser descoberto ou desvendado no silêncio de M. O silêncio era produzido no encontro com as instituições e, portanto, se faz necessário investigar como as instituições vêm produzindo os silêncios. M, afinal, simplesmente estava vivendo sua vida, mas ao fazer isso denunciava a incapacidade de todas as instituições de suportar a convivência com essa vida, denunciando assim o processo de exclusão social pelo qual estava passando.

A assistente social vai até o banheiro. É nesse momento que M vai para debaixo de uma mesa que estava próxima e eu imediatamente vou junto. Nesse momento, alguém abre a porta da sala em que estávamos e logo sai sem nos ver.

Agora sim, abaixada sob uma mesa, sem ser vista, sem ter a menor noção do que eu estava fazendo, finalmente me sentia acessando M. Minha vontade era a de dar as mãos a M, estar ao seu lado, mesmo em silêncio, e durante um tempo, foi isso que aconteceu. Nada do que já foi dito pela Psicologia poderia me ajudar embaixo da mesa, meus instrumentos não tinham utilidade ali.

“deseja-se compreender o sentido do silencio num corpo: um corpo que cai, resistindo. Procura-se então, responder a múltiplas perguntas que se cruzam: Será possível pensar a densidade significativa do silencio a partir de um corpo? Como dizer o silencio de um copo que testemunha a dor de existir? Qual a possibilidade de testemunhar o desaparecimento dos corpos que não deixam traços? Como falar de um corpo que cai? Como testemunhar o silencio? O que fazer para não deixar que certas vidas sejam destinadas a perda e ao desaparecimento? (VILELA, 2010, p.22)

Depois de minutos em silêncio, saímos de baixo da mesa. A assistente social voltou e fomos embora tendo tempo ainda de presenciar duas agressões verbais vindas de outros alunos: “vai ensinar ele a ser homem tia?”, “viado tem que apanhar”. M permanece em silêncio, e eu também.

Saio com a sensação de não querer falar nada. Eu habitei o silêncio. Será que eu invadi o espaço de M? Será que minha presença era bem-vinda? Como ajudar M? O que a Psicologia poderia fazer para ajudar M sem agredir seu silêncio? As perguntas brotavam aos montes. O pensamento de que a escola sequer podia enxergar as violências por motivos da orientação sexual e expressão de gênero nos fazia refletir novamente sobre padrões, exclusão, invisibilidade. Seria M invisível ou visível demais?

O silêncio de M nos atravessa como um grito forte no meio dessa produção excessiva de discursos. Foucault (2007) explora como o discurso sobre sexo nos últimos três séculos tem sido moldado pelas instituições de saber e de poder, e seus efeitos, não pela ausência do assunto, mas pela presença massiva de discursos que vão desenhar normativas sobre a sexualidade.

"Seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implementação diferentes, codificou os conteúdos e qualificou os locutores". (FOUCAULT, 2007, p36).

A escola, igreja, ciência, família e as outras instituições em geral vêm filtrando, separando, prevenindo, assinalando, enfim, produzindo dispositivos de controle da sexualidade e a partir daí a produção das sexualidades periféricas e todo um conjunto de perversões. Nesse sentido, o homossexual (e as pessoas trans) torna-se uma personagem, que traz consigo um conjunto de características, que passa a ser julgado como sendo de caráter duvidoso, senão condenável. Por fim, nada escapa à sua sexualidade, ela o precede em tudo. A homossexualidade surge quando a prática da sodomia passa para um aspecto interior, uma espécie, uma deformidade da alma. (FOUCAULT, 2007).

"Esta nova caça as sexualidades periféricas provoca a *incorporação das perversões* e nova *especificação dos indivíduos*. A sodomia – a dos antigos direitos civil ou canônico – era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é

morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa.” (grifo do autor – FOUCAULT, 2007. P50).

As instituições forjavam as deformidades da alma de M. Nosso personagem vem sendo deformado muito antes de vir ao mundo: nos últimos três séculos os discursos produziram os perversos, capturados e definidos a partir da sexualidade. Há uma hierarquização, classificação e marginalização das sexualidades e dos trânsitos entre os gêneros. Instaura-se uma norma, a boa sexualidade, relacionada à heterossexualidade e à conjugalidade, que se distingue da má sexualidade, desviante.

O processo de transição da judicialização para a patologização das sexualidades passa por uma explosão discursiva sobre a sexualidade normal, legítima, regular no final do século XVIII centrada nas relações matrimoniais heterossexuais, mais do que nunca é necessário confessar em seus detalhes as práticas sexuais. O sexo dos conjugues recebe uma sobrecarga de regras, recomendações, prescrições. Após esse momento, o casal constituído por um homem e uma mulher, considerado legítimo, com sua sexualidade regular tem direito a maior descrição, de modo que cada vez menos se fala sobre isso. Por outro lado, todos aqueles que não amam, que não constituem matrimônio, serão questionados em sua sexualidade. A sexualidade das crianças, dos loucos e dos criminosos precisa ser confessada naquilo que são, tendo como base todo um regime médico.

M permanece em silêncio. As instituições exigem de M uma confissão. Inclusive a Psicologia, através de sua oferta de acolhimento. Mas M não fala nada.

Agora nós somos testemunhas desse silêncio, ele rompe materialmente nosso corpo. “Como pensar o silêncio de um corpo que resiste nos espaços contemporâneo de abandono?” (VILELA, 2010 p.11).

O silêncio de M nos impõe um intervalo, ele nos incomoda, nos tira de nossos lugares cômodos. Não estamos confortáveis diante desse silêncio. As categorias de gênero e sexualidade não estão confortáveis diante dos trânsitos de M. As instituições tremem ao mesmo tempo em que acionam toda uma engenharia discursiva para individualizar a questão colocando no interior de M o problema, de modo que a solução seria a própria extinção de M. Esse mecanismo de expulsão de M das instituições é a manutenção do funcionamento dos dispositivos de gênero, se aniquila M para se preservar a forma.

Podemos também tirar outras consequências do silêncio de M, a partir do pensamento de Butler (2016), e pensar o silenciamento que se produz sobre os próprios trânsitos de M. Ao se expulsá-lo de sua família, da escola, da Casa de Passagem, sua vida vai sendo enquadrada,

transformada, dentro de uma epistemologia social, numa vida que não é possível ser reconhecida. “uma figura viva fora das normas da vida não somente se torna o problema com a qual a normatividade tem de lidar, mas parece ser aquilo que a normatividade está fadada a reproduzir: está vivo, mas não é uma vida” (BUTLER, 2016, p.22)

Esse recorte da vida de M nos mostra em câmera lenta como M vai sendo enquadrado numa moldura de não-vida, ou melhor, de uma vida que não é passível de luto porque não é reconhecida como vida. Ser enquadrado para Butler (2016) é ser objeto de uma armação em que as provas são manipuladas para que uma acusação falsa pareça verdadeira. O enquadramento seria essa acusação, ao mesmo tempo, a condenação, uma vez que o julgamento se dá por antecipação, sem que para isso haja a retificação das provas, sem que haja sequer um julgamento justo. Ao mesmo tempo, Butler entende por enquadramento o que escapa ao quadro, a margem, a borda. Aquilo que foge. Pois o enquadramento se dá no jogo do dentro e do fora. Desse modo M representa a possibilidade de colapso da norma.

* * *

Gemidos

De noite...

Perdeu! Perdeu! Gritava o cara em cima da moto. Eram dois em cima da moto. Um ficava como motorista e o outro, atrás, com a arma. Elas davam o dinheiro da noite. Ou da metade da noite que ainda nem tinha terminado. Ultimamente as noites estavam assim, mais perigosas. E a dona da rua não podia fazer muita coisa.

Essa situação estava insustentável. "No final do mês tem que pagar aluguel, comida, enfim, temos que viver, né?" Dizia uma delas. "Não podemos contar com a polícia. Então nós vamos ter que resolver isso na mão mesmo."

Na noite seguinte, enquanto duas estavam sendo assaltadas, vieram outras três. As cinco reagiram e bateram nos dois caras. Bateram muito. Nem dá para saber se estão vivos. “Assim não dá, a gente tinha que se proteger. Ninguém vai vir aqui proteger a gente não. É o nosso trabalho, pô”. Polícia, nem pensar! Imagina. Melhor ter os fardados longe daqui, se eles ainda fizessem algo. Mas não fazem nada. “Pra gente? Não fazem nada... ”

No dia seguinte, estavam elas novamente nas ruas, se expondo de todas as maneiras possíveis. Os motivos que as levavam ali eram diversos, ao mesmo tempo, era sempre o mesmo. Expulsas de casa desde muito cedo, sem terem para onde ir, conhecem uma madrinha que oferece

abrigo e trabalho, alguma proteção, a primeira maquiagem, um vestido curto, e lá estão elas nas ruas. Doze, treze, quatorze, dezessete.... Pamella, Juliana, Shana, Andressa.... Ex-futura engenheira, psicóloga, arquiteta, médica... "Eu queria ser enfermeira, era meu sonho"... ex-filha, ex-neta, ex-irmã, ex-cunhada, ex-prima ...

Enquanto uma contava as outras riam, e uma delas cortava o assunto. "Mas essa situação dos assaltos não está dando não, estão assaltando a gente, entendeu?". Então elas resolveram reagir aos assaltos.

As noites eram frias naquela época do ano, mas o frio ficava para depois. Vestido curto, salto bem alto, maquiagem. "No início era até bom", dizia uma delas e lembrava: "Tirou a minha roupa assim que girou chave e já veio pra cima de mim, bafão de cerveja gritando, mas nem liguei, porque era ali naqueles braços viris de pedreiro que eu ia aprendendo a me sentir mulher, a abraçar, beijar como mulher" (MOIRA, 2016, p.23).

Era assim que algumas tiveram suas primeiras experiências sexuais, num canto de uma rua escura, em algum beco, em algum mato. E ainda recebendo dinheiro. O dinheiro que ia garantir o pão, o chão, algumas até o tesão.

Em um misto de sonho e realidade, algumas só esperavam por uma oportunidade para sair dali. As ruas tem perigos inimagináveis:

"O detetive Rodrigues contou ainda como 'estava doidão' no dia em que trepava com o¹⁰ travesti no quarto do hotel e não conseguiu gozar. Tinha cheirado muito e ficou irritado (ri quando narra). Puxou um 38 e botou na cabeça da travesti: 'ou eu gozo ou você morre'. Ficaram de oito da manhã até quatro horas da tarde no quarto do hotel." (SILVA, 1993, p.85)

O dia amanhece, e as meninas vão dormir. O dia anoitece e elas vão para as "Ruas do Perdeu". São tantas "Ruas do Perdeu". Perdem seus dias, ganham nas noites. Na contra mão do relógio social, no avesso da história elas estão lá nas esquinas, nos becos.

Resistem, suas histórias não são contadas à luz do dia.

¹⁰ O autor se refere as travestis ainda no masculino, porém, atualmente as travestis reivindicam serem tratadas pelo feminino de acordo com sua expressão de gênero.

De dia...

Final de expediente, todos saem juntos para evitar o risco de assalto em uma rua de Niterói conhecida como “Rua do Perdeu”. Ela aproveita sua platéia, colegas de trabalho, para dar boas risadas. Diverte a si e aos outros com sua voz ora grossa, ora fina, e quando passa um “bofe”, não perde a oportunidade de falar bem grosso, com gestos chamativos, balançando suas mil pulseiras de prata. Sua blusa com a alça caída deixa aparecer de propósito o peito crescido de hormônio. Ela ri da vida e seu corpo borra as tão vigiadas fronteiras dos gêneros, confunde os códigos. Vamos todos juntos dando tantas gargalhadas altas que os olhos chegam a lacrimejar.

Alguns meses antes, uma auxiliar de serviços gerais a impediu de usar o banheiro feminino do terminal rodoviário, e, após todo o tumulto e constrangimento generalizado, foi a segurança que sentenciou sua permissão para adentrar o banheiro feminino. Lá, dentro de uma cabine, sem que alguém pudesse duvidar de seus órgãos genitais, ela fez o que a grande maioria das pessoas faz em um banheiro: xixi. Para ela (e quantas mais?) muitos xixis são verdadeiras batalhas políticas. Nossos passos seguem em diversos ritmos pela calçada. Dentre outros comentários ela resmunga: “nunca mais senti vontade de mijar lá, engraçado”.

Não é engraçado, mas ela gargalha bem alto, como pomba gira, e sacode os ombros, como boa filha de Iansã. Esse é o universo dela. Ali não se sabe se o som da garganta e os olhos mareados são de riso ou de choro. Prazer e dor parecem estar misturados, quando ela conta, entre um gemido e outro, sobre os abusos sexuais sofridos na prisão. E assim segue seus passos calejados de quem desafiou e sobreviveu nas ruas da ditadura militar e dos gêneros. Ela transita há muito tempo, quando ainda não tinha essa coisa de política LGBT. Ela desabafa: “hoje em dia está tudo mais fácil, na minha época não era assim”, com suas sobranceiras levantadas e o queixo entortado de desdém.

Os dias seguem, assim como seus gemidos. O silêncio era calmo naquela terça-feira, um vento fresco atravessava os corredores. Na sala de espera, a televisão passava o noticiário. A reportagem fala sobre manifestantes indignados com o governo e suas medidas recentes em diversos assuntos; a gota d’água teria sido o aumento da passagem do transporte público. “Uma insatisfação generalizada”, dizia uma manifestante entrevistada. Enquanto isso, do outro lado da tela da televisão, a filha de Iansã falava sobre uma época em que corria muito da polícia: “Eu corria, mas eles sempre pegavam a gente... aí já sabe, né? Aproveitavam. Corria nas ruas do Centro, era toda noite”.

No noticiário, entre fumaças e ruas, as pessoas da reportagem procuravam por um abrigo em que pudessem respirar e parar de apanhar da polícia. Aqui, ao vivo e a cores, ela também procura,

ainda, um abrigo em que possa respirar e parar de apanhar da polícia (dos gêneros). Ela pouco olhava a reportagem, e reclamava de suas corridas, já ocorridas há tanto tempo, mas ainda por serem contadas, lembradas, para finalmente poderem ser esquecidas. Suas corridas ainda não são assunto. Aquelas falas, tanto do jornal quanto a dela, se misturavam ao arroz e feijão que estava sendo comido. A indigestão se prolongava pelos dias, meses, anos, décadas.

A psicóloga a leva para a sala de atendimento, quer ouvir seus gemidos com mais calma, com demora, mas principalmente com suas ferramentas, luzes e bisturis. Mas a fala dela não cabe nas salas, no concreto das quatro paredes, as ferramentas da Psicologia não alcançam seus gemidos, eles vazam, escorrem pelas frestas, escapam. Ela transita, a Psicologia também. Cada tentativa da psicóloga de conter ela e seus gemidos dentro da sala de atendimento tornava o vínculo entre elas mais frágil. O atendimento foi um fracasso.

A tentativa de produzir o encontro persiste. Onde? Como? É a partir dos cabelos que elas se encontram. A psicóloga acabara de cortar os cabelos, que eram longos, bem curtos. Ela guardou o cabelo cortado. Iria vender. Em vez disso, doou para ela. Algo se deu nesse gesto da psicóloga doar seus cabelos para a filha de Iansã. Ela dizia que a psicóloga era filha de Iemanjá, com seus cabelos longos, mãe de todas as cabeças.

Através dos cabelos podiam compartilhar sentidos. Com eles trançavam alianças, a psicóloga doava os cabelos, a filha de Iansã doava suas histórias. Não é possível tirar do corpo as marcas das ruas, da prisão, do abandono, da perseguição. E seria outra violência tirá-las. Pois elas fazem parte dos gemidos que dizem de um passado que se atualiza nas ruas que nos são contemporâneas. Nós é que precisamos atentar nossos ouvidos, pois as filhas de Iansã permanecem sussurrando na calada da noite. Elas correm risco, nós também, enquanto produzirmos hierarquias, desigualdades, vidas que podem ser matáveis, o perigo ronda a todos nós.

* * *

Festa de Baco

A cidade do Rio de Janeiro é conhecida internacionalmente pela sua famosa Copacabana, sua charmosa canção Garota de Ipanema que narra um caminhar gracioso a caminho do mar, além de tantos destinos pintados e vendidos para turistas, mas nem sempre se oferece como porto para os próprios cariocas. Depois dos túneis Santa Bárbara e Rebouças, que ligam a Zona Sul ao Centro e a Zona Norte, a cidade vai ganhando um tom em *degradê* em que fica óbvio o esquecimento nos

cartões postais. A caminho para o subúrbio carioca, vemos o estádio do Maracanã ao lado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Enquanto o estádio, reformado recentemente para os eventos internacionais da Copa Mundial e Olimpíadas, ainda cheira a tinta fresca, do outro lado da calçada, a UERJ no ano de 2017 adia mais uma vez o início de suas aulas por falta de condições de funcionamento e infraestrutura, e atraso nos salários dos professores e funcionários. É ali, nessa vizinhança, que chegamos ao bairro de Vila Isabel de Noel Rosa. Voltaremos alguns anos para adentrarmos o tempo e espaço da cena que nos interessa.

Estamos na Avenida Vinte e Oito de Setembro, a principal de Vila Isabel, perto do Morro dos Macacos, de frente para uma porta guardada por um segurança de terno que pede identidades para a entrada. Após identidades, portas e seguranças, encontramos uma escada; subindo seus degraus, encontramos o salão ainda vazio na noite que se inicia. As luzes coloridas encontram como companhia as paredes e chão. Estamos na vinholada da turma de 2006 do curso de Psicologia da UERJ, festa organizada pelas alunas e alunos do curso para dar boas vindas à calouras e calouros.

O ritual, comumente conhecido nos outros cursos e universidades por “chopada”, ganha o nome de vinholada na Psicologia em homenagem ao Deus Baco, deus do vinho e da celebração. O intuito é provocar, nos recém ingressados no templo do conhecimento, a desconfiança em torno das verdades primeiras e últimas, tratados universais, conclusões absolutas, olhos que tudo vêem e fazer saber a importância e a necessidade da festa, das cores, dos afetos, das escuridões, das soluções provisórias, dos encontros possíveis, do tesão e das marcas do corpo, o suor e a saliva, os pontos de vista (HARAWAY, 1995). A festa de Baco celebra os corpos que se alegram e gozam ao atravessar por entre essa avenida acadêmica de palavras e conceitos, prazos e provas. Teorias de um lado e a vida, de outro.

Aos poucos os convidados chegavam com diferentes perfumes, cores e texturas. A vibração da música e a embriaguez do vinho atravessavam a festa fazendo tremer o salão, os corpos e a libido. Com a festa já cheia, duas meninas que dançam no meio do salão se aproximam, se encostam, se abraçam e começam carícias, se beijam no embalo da onda de prazer que percorre o salão, e essa cena se replica entre outras pessoas. A noite seguiu horas num êxtase pouco iluminado que confundia as fisionomias, misturava as percepções, tecendo memórias fragmentadas da noite de Baco.

Num dado momento da noite, um burburinho começa. Não impede os beijos, os amassos, os goles, a canção, mas faz chamar as organizadoras da festa à portaria. Descendo as escadas, o segurança encrincha com uma identidade cujo nome masculino e foto não condizem com a figura de vestido curto, cabelos compridos, salto-alto, pulseiras, unhas vermelhas e grandes, batom, brincos

dourados, e bolsa de veludo preta que a apresentava. As fronteiras são sempre vigiadas, são zonas de negociação (HARAWAY, 2009). Ali na porta, entre segurança, identidade, bolsa de veludo, está em jogo quem pode ou não adentrar a festa da Psicologia, da universidade. Por ora, mesmo que de forma improvisada e provisória, as organizadoras permitiram a entrada da moça, com nome masculino na identidade, por ser namorada de uma das calouras, que explicou a situação e, passado o constrangimento, pegou sua então namorada pela mão e a conduziu ao salão. Algum tempo depois, superadas as identidades, portarias e seguranças, estavam as duas misturadas na celebração.

Na segunda-feira seguinte já não subíamos mais as escadas, mas os elevadores enormes da UERJ até o décimo andar, por entre os concretos das rampas, chão, teto e paredes da UERJ, tudo de concreto cinza (como a escola da história anterior). Ouvem-se conversas e murmúrios no andar da Psicologia. Falava-se sobre a festa, e sobre o “bonde do mal”, um grupo “promíscuo” de meninas que se beijaram em grupo no meio do salão, transformando uma festa de recepção dos calouros de Psicologia – ou seja, que para alguns seria uma festa séria, de gente de família e de bem – num bacanal. O tom era de lamento e queixa, e os excessos se referiam aos beijos e carícias entre pessoas do mesmo sexo e em grupo.

Na luz da universidade parecia que a noite de Baco contrastava com a expectativa por outra festa, com outro nome. Teria mesmo sido em homenagem a Baco? Ou era apenas uma forma de baratear o custo da embriaguez universitária? Não se sabia mais se a festa tinha sido de Baco para todos. Não se sabia nem mesmo exatamente onde teria sido a festa, em Vila Isabel ou na Lapa? Teria sido a primeira ou a segunda vinholada? Percebeu-se neste momento um mal estar entre as alunas e alunos da turma, mal estar que gerou debates sobre sexualidade, respeito, comportamentos apropriados, o assunto circulava por entre os ângulos retos da arquitetura uerjiana.

O período letivo do ano de 2006.2 começava. Depois das conversas de corredores, barulhos e ruídos, ouvimos a voz uníssona na sala de aula, a professora do primeiro tempo do turno da noite da disciplina de desenvolvimento da criança e do adolescente fala sobre fase oral, anal e genital. No segundo tempo, a aula sobre Sistemas Psicológicos II aborda técnicas de tratamentos para as disfunções sexuais em homens, como ejaculação precoce, dificuldade de ereção, e em mulheres, como anorgasmia feminina, frigidez, dor durante a relação sexual (que se supõe seja necessariamente com penetração), fala dos métodos de tratamento da Psiquiatria e da Terapia Cognitiva Comportamental, o uso de remédios e os resultados positivos dentro de poucos meses junto ao acompanhamento psicoterápico.

No último tempo, temos aula sobre Teoria Psicanalítica I, a professora é referência em Psicanálise, com livros e publicações internacionais, e nos introduz a elaboração de Freud sobre o

complexo de Édipo. O assunto interessa a uns, mais do que a outros; anotações, perguntas sobre as matérias dadas, incômodos e curiosidades se apresentam durante as aulas. Mas nada disso tem relação com a festa de Baco, estamos sob os holofotes acadêmicos onde teoria e vida podem se cruzar, mas não necessariamente.

As aulas seguem, o semestre continua dentro das salas. As disciplinas abordam as diferentes teorias psicológicas sobre os indivíduos, sujeitos, modernidade líquida, cinema, escola, saúde, trabalho, instituições, sociedade, modos de vida, devires. E temos a companhia de autores vivos e mortos nas mochilas e nas madrugadas que antecedem as provas. Muito pouco sobre o que sabemos daqueles assuntos todos nos é perguntado, não há tempo para a coexistência de tantos saberes, é preciso passar o conteúdo.

No penúltimo semestre é anunciada uma disciplina eletiva que fala de Psicologia e sexualidade, e as noites das terças-feiras no décimo andar, naquele semestre, terminam falando de práticas de sadomasoquismo, “palavra de segurança”, sexualidades (no plural), adoção por casais homoafetivos, preconceito, entre outros assuntos. Fica famosa no curso, e fora dele. Todos querem saber sobre gênero e sexualidade, como se fosse mais um especialismo, um território de elementos ocultos a serem desvelados. A professora, no entanto, explica que não se trata de buscar o ponto original do gênero, como se ele contivesse uma identidade sexual ou autêntica anterior às práticas. Trata-se sim, da investigação das apostas políticas. A tarefa, então, é centrar e descentrar nas instituições definidoras das identidades: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória. (BUTLER, 2003, p.9)

Fora das salas, os semestres vão passando por entre ocupações de reitoria, jogos de Fla x Flu no Maracanã e a saída mais cedo da aula, greve e o grito por condições melhores de trabalho, disputas do espaço universitário e do movimento estudantil pelos partidos políticos, assaltos no ponto de ônibus, cervejas nos bares, fofocas, romances, eventos artísticos, trabalhos em grupos, pesquisas, viagens, amizades, teorias, aulas, notas, relações de poder, questionamentos, festas. Para aquela turma de 2006, os eventos, cine debates, encontros nacionais e regionais de Psicologia abordam a temática da diversidade sexual e de gênero ainda de forma pontual.

A Psicologia, na formação de seus profissionais, aborda sob as luzes de suas teorias, uma sexualidade que se distancia das sexualidades dos salões de Baco, dos calçadões e suas garotas graciosas de Copacabana, dos quatinhos, becos, esquinas ou carros da noite suburbana carioca. A sexualidade dos livros não fala da outra que não pergunta o nome, mas o preço, das que explodem nas Paradas do Orgulho LGBT e que se alastram pelos interiores do Brasil cantando seus hinos e

exibindo nas avenidas principais seus beijos. Os tantos conflitos das vidas que escapam à normatividade não foram abordados pelas teorias da Psicologia.

A Psicologia reproduz e reforça os estigmas na medida em que coloca no fenômeno psíquico no interior do indivíduo seu objeto de pesquisa, o essencialismo (COIMBRA e LEITÃO, 2009, p. 150). Polarizando sujeito e sociedade e acreditando na neutralidade científica, os discursos da Psicologia contribuíram para a estigmatização das experiências desviantes de gênero e sexualidade. Deslocam questões sociais para questões do indivíduo, enunciadas por figuras que exercem poder.

"O autoritarismo 'dos pontos de vista' funda-se no esvaziamento da implicação coletiva e da construção histórica e sociopolítica do olhar do outro. O preconceito remetido a uma questão pessoal esvazia suas tramas com o poder, sua eficácia política na manutenção e na desqualificação dos modos de existir. Configurado em questão pessoal, entra no reino da culpa ou da recompensa, materializando-se em individualidades que necessitarão da tutela dos pastores de diferentes procedências, ou seja, pastores da alma, pastores da ciência, pastores da culpa, pastores do medo etc." (BAPTISTA, 1999, p.48-49).

A turma de Baco ia se transformando profissional e pessoalmente, ganhando sombreados e luminosidades. Os semestres terminam, e já transcorreram cinco anos desde a festa de Baco. Na noite de formatura, fotos de criancinhas são expostas no telão do teatro onde se realizará o ritual que oficializou as juras dos profissionais que se tornaram. As criancinhas do telão são as mesmas que hoje, crescidas, vestem beca. Sorrisos, homenagens, lágrimas, poesias, músicas e louvores a Deus.

A diversidade da turma não aparece, a princípio, nos tecidos pretos das becas que os cobrem, uniformemente, na formatura. Um aluno levanta entre os homens e mulheres de preto para pegar seu canudo de salto alto ao som de Beyoncé. Murmúrio na platéia, risos, algum formando grita excitado em apoio ao salto alto, outro grito ecoa da platéia: "arrasa!". Ao ficar de costas para a platéia, um dos formandos expõe sua bunda nua pintada de *glitter* lilás escapando da beca. E é assim que ele posa para a última foto da turma junto com todas as outras pessoas devidamente sorridentes e com diploma na mão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O abismo não nos divide.
O abismo nos cerca.”
(Tradução coletiva – inimigo rumor)
(Wisława Szymborska)¹¹*

¹¹[HTTP://daalmaparaescrita.blogspot.com.br/2015/10/autonomia-wislawa-szymborska.html](http://daalmaparaescrita.blogspot.com.br/2015/10/autonomia-wislawa-szymborska.html) acessado em 29/3/2018.

Abismos que nos cercam, que nos atravessam, que nos constituem. Explorar esses espaços que nos tornam estranhos de nós mesmos, que nos lançam para a vida e para a morte, se faz necessário. Pois, se há perigo em enfrentá-los, há perigo ainda maior ao ignorá-los.

Diante dos automatismos contemporâneos que nos colam em modos de vida com sentidos fechados, se fazem urgentes produções de intervalos, pausas necessárias aos trânsitos. É na duração de um tempo não automático que a vida experimenta novos possíveis. É urgente que possamos desmanchar as concepções enclausuradas sobre a vida, desacelerar um tempo de respostas automáticas, criar espaços no calendário produtivo e poder habitar uma estranheza sobre si mesmo e sobre o outro, pois senão o que se apresenta é uma impossibilidade de se diferenciar. Sem espaço aquilo na vida que pede passagem fica impedido de transitar.

Como diria Hannah Arendt, (2002) o que está em perigo é acabar com a ação de fazer conviver esse *entre* os homens, povoado de uma pluralidade e diversidade absoluta, que ela chama de política. Se acabarmos com esse *entre* que se precipita, que nos diferencia, o perigo é de acabar o mundo. Um mundo em que a diferença possa ser afirmada, a vida possa ser afirmada.

A proposta desse trabalho foi transitar entre abismos e superfícies. Tomamos gênero e sexualidade como terrenos privilegiados para se pensar as infinitas maneiras de existir. Ao mesmo tempo, entramos em contato com toda a maquinaria social que funciona na produção dos semelhantes, das identidades, dos binarismos, da normatização dos corpos. Nesse sentido, os corpos são organizados politicamente em núcleos familiares e outras instituições, que se tornam castelos feitos para protegerem os semelhantes do mundo externo - constituído pela ameaça que se tornam os diferentes. Temos aqui um problema: se funcionamos socialmente de modo a aniquilar os corpos desviantes das normas, logo não haveria espaço para os corpos híbridos, que transitam, que borram as fronteiras, seja do gênero e da sexualidade, seja de qualquer enquadramento da vida. Como enfrentar os modos de aniquilamento da diferença presentes no contemporâneo, como insistir na vida por entre abismos e trânsitos que nos constituem? Como enfrentar o risco e encarar o abismo? Por fim, como encontrar as brechas do cotidiano para deixar transitar aquilo que pede passagem? As perguntas não cessam, mas por ora podemos nos debruçar sobre os efeitos das reflexões que buscamos trazer neste trabalho.

O aniquilamento da diferença a partir dos dispositivos do gênero e da sexualidade se expressam materialmente nos corpos violentados, que nem sempre aparecem nas estatísticas. Ainda assim, temos nos números estatísticos de assassinatos contra pessoas LGBTI's, pessoas que foram confundidas com LGBTI's, ou que defenderam LGBTI's em situações de violência dados

assustadores! Segundo os dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais¹²) o número de assassinatos no ano de 2017 foi de cento e sessenta e nove no Brasil somente contra travestis, pelo exclusivo motivo de se expressarem pelo gênero feminino.

Esse aniquilamento também se expressa no formato que os assassinatos são cometidos, geralmente envolvendo tortura, esfaqueamento, linchamento, entre outras crueldades. Há ainda o aniquilamento silencioso do dia a dia, o silenciamento das expressões, que exclui e violenta pessoas LGBTI's dentro de suas casas, nas escolas, nas igrejas, nas instituições em geral. O risco do abismo transmutado em ódio contra esses corpos. Como enfrentá-lo? Há o susto dos números, há um susto silencioso. Os corpos caem no asfalto. As instituições seguem, ninguém está de luto.

A Psicologia também precisa enfrentar essas questões e se posicionar, pois é demandada nos diversos espaços institucionais do seu lugar de saber-poder a dar respostas conclusivas sobre os corpos, as identidades, as vidas. A Psicologia é demandada a dar conta das questões humanas, em que muitas vezes se pressupõe uma humanidade universal e essencial. Nesse sentido, afirmamos mais uma vez uma aposta em uma Psicologia que se esforça para desfazer as verdades absolutas, cheias de respostas conclusivas.

Tomamos como inspiração o conceito da coisa política de Hannah Arendt para dizer de uma Psicologia enquanto ação, algo que se dá no encontro, no *entre* a diferença absoluta dos homens. Um campo de produção de saber e de prática que desfaça os discursos de verdade sobre esses corpos e identidades desviantes, já que são justamente essas verdades absolutas que as enquadram enquanto dispensáveis, algo que não se reconhece como vida.

Nesse sentido, o gênero masculino e a identidade homem heterossexual são forjados como uma consequência automática do pênis, e o gênero feminino e a identidade mulher heterossexual como consequência automática da vagina. Essa visão biologicista da vida é justamente o contrário do que tentou-se afirmar nesta dissertação, ou seja, os corpos são políticos.

Desfazer os automatismos em ser homem e ser mulher, não interessa só para aqueles ou aquelas que se desviam das normativas de gênero e sexualidade ou para as identidades LGBTI, mas para que a existência enquanto um acontecimento de criação possa se expressar nas suas múltiplas formas. Ou seja, para que essas categorias não aprisionem as experiências em ideias pré concebidas e sentidos fechados. Que exercitar o feminino, o masculino e categorias outras, possa antes de tudo ser invenção de si e de mundo, nas atividades mais miúdas do cotidiano. Borrarr essas categorias

¹²<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1O4mvhh3OTAFp61U4sUb5hArN4r5uEYBX&ll=-12.817286845466201%2C-47.433371599999999&z=5>
(acessado em 30 de março de 2018)

abre espaço para os trânsitos, desvios de uma lógica de serialização da vida. A existência como algo que diz de uma experiência com suas incongruências, imperfeições, opacidade, decadências, descontinuidades. Que a Psicologia em suas produções possa criar conexões antes impensadas, inviáveis, impossíveis. Perturbar o tempo estático das histórias oficiais, estranhar a naturalidade do mundo tal como ele se apresenta, fazê-lo tremular. Interrogar os cárceres que os saberes disciplinares e especialistas podem reproduzir com seus discursos.

A vida na sua infinita maneira de existir faz escapar gemidos e silêncios, eles ressoam, reverberam nos ventos de ruas perdidas em Niterói. Eles atravessam o subúrbio, as salas de atendimento e corredores da política pública, as pilastras de concreto da universidade pública. Gemidos e silêncios à luz do dia e na calada da noite, eles pedem para serem contados. Os gemidos e silêncios perturbam, eles não tem voz na história hegemônica da sexualidade, senão apenas capturados em patologias e identidades marginalizadas. Mas os gemidos e silêncios escapam, nos interpelam e nos contam de outras histórias com suas vozes singulares. Gemidos, silêncios, vestidos, cabelos, beijos, fragmentos de histórias de um tempo que atravessa o relógio e o calendário e se faz atual. É urgente afirmar que essas histórias importam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGAMBEM, G. Medios sin fin: notas sobre la política. Valencia: Pre-Textos, 2001.

ANZALDUA, G. Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. In: **Estudos Feministas**, ano 8, p. 229-236, 1º semestre, Florianópolis, 2000.

ARENDT, H. O que é política? Trad. Reinaldo Guarany. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertand, Brasil, 2002.

BATISTA, R. Encontro-narrativas na cidade-internação: vidas contadas por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Dissertação de mestrado. Orientadora: Maria Elizabeth Andrade Aragão. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2012.

BAPTISTA, L. A. Dos S. A Atriz, o Padre e a Psicanalista - os Amoladores de Facas. In: _____ A Cidade dos Sabios. São Paulo: Summus, 1999, p.45-49.

BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história. São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras Escolhidas v.1).

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Ed Autêntica, 2015.

BUTLER, J. Corpos que ainda importam. In: COLLING, L. Dissidências sexuais e de gênero. Salvador: EDUFFBA, 2016. p. 19-42

BUTLER J. Para pensar o presente, Primo Levi. In: Caminhos Divergentes: judaicidade e crítica do sionismo. São Paulo: Boitempo, 2017, p.183-205.

COIMBRA, C.; LEITÃO, B. Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades. vol.15, no.2, Psicol. Soc. ISSN 0102-7182, 2003. (p.6-17).

COIMBRA, C. e LEITÃO, B. Das essências às multiplicidades: especialistas psi e produções de subjetividades. In: Clínica e Política: Subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. Organizadora Jane Calhau Mourão, Colaboração: Marco Aurélio Jorge. Rio de Janeiro: Abaquer: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

DELEUZE, G. Políticas. Em Diálogos. São Paulo: Ed. Escuta, 1998.

DELEUZE, F. e GUATTARI, G. Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade I – A vontade de saber. 18º Ed. São Paulo: Editora Graal, 2007.

FERREIRA, M. S. Enunciações de si em estudos sobre as sexualidades: proposições metodológicas. In: FERREIRA, Marcelo S.; MORAES, Márcia (org.). In: Políticas de pesquisas em psicologia social. Rio de Janeiro: Nova Aliança Editora e Papéis, 2016. p. 93-116.

GAGNEBIN, J. M. História e Narração em Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GOFFMAN, E. Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4º Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GUATTARI, F. Revolução Molecular: as pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAESBAERJ, R. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: Cadernos Pagu, v.5. Campinas: Ed. Unicamp, 1995. p. 7-41

HARAWAY, D. O Manifesto Ciborgue. In: Antropologia ciborgue: as vertigens do pós humano. 2ªed. Belo Horizonte, Autêntica, 2009. p33-118.

LARROSA, J. Tremores: escritos sobre experiências. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LISPECTOR, C. Perto do coração selvagem. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MOIRA, A. E se eu fosse puta. São Paulo: Hoo Editora, 2016.

MACHADO, L. D. À flor da pele: subjetividade, clínica e cinema no contemporâneo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2010.

PRECIADO, B. Manifesto contrassexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

ROLNIK, S. Guerra dos gêneros & Guerra aos gêneros - Ensaio sob encomenda de TRNS. Arts Cultures Media (Nova York, Passim, inc.) 1996.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. Cadernos Pagu. Campinas, n. 28, p. 19-54, junho de 2007.

SILVA, H. R. S. Travesti: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará : ISER, 1993.

MORAES, M. e TALLIS, A. Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. Revista Polis e Psique, v.6, n.1, 2016, p. 39-50.

TEXTO BASE II Conferência Estadual LGBT, Rio de Janeiro, 2011.

TEXTO BASE II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos. Brasília, 2011.

VILELA, E. Silêncios Tangíveis. Corpo, resistência e testemunho nos espaços contemporâneos de abandono. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

Sítios da internet:

<http://www.rj.gov.br/web/sedhmi/exibeconteudo?article-id=3568838> (acessado em 26 de maio de 2018)

<http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=431493> (acessado em 26 de maio de 2018)

<http://riosemhomofobia.rj.gov.br> acessado em 26 de maio de 2018.

<http://ilga.org/ilga-state-sponsored-homophobia-report-2017/> acessado em 23 de maio de 2017

http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/Artigo2005005.pdf acessado em 27 de maio de 2018

<HTTP://daalmaparaaescrita.blogspot.com.br/2015/10/autonomia-wislawa-szymborska.html>
acessado em 29 de março de 2018

<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1O4mvhh3OTAFp61U4sUb5hArN4r5uEYBX&ll=-12.817286845466201%2C-47.4333715999999&z=5> acessado em 30 de março de 2018